



**ATA N.º 52/XI-4º/2016-17**

**1** – Aos dezasseis dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, pelas 21H00, no Salão da Associação dos Bombeiros Voluntários de Almada, sito na rua Cândido Capilé, nº 13, em Almada, realizou-se a Primeira Reunião da Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Almada, referente ao mês de fevereiro, com a seguinte agenda:

1 - Período de Intervenção dos Cidadãos

2 - Período de Antes da Ordem do Dia

3 - Período da Ordem do Dia

3.1 - Apreciação da Informação do Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal

3.2 – Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Adesão do Município à Comunidade Portuária de Lisboa”

3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “2ª Corrigenda às Opções do Plano 2017”

3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “1ª Revisão Orçamental”

**2** – Instalada a Mesa constituída pelo Presidente Sr. José Manuel Maia Nunes de Almeida e pelas Secretárias Sr<sup>as</sup>. Elisabete Peres Pereira e Sónia Tchissole Pires da Silva.

**3** - Fez-se a chamada dos Senhores Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

**3.1** - Responderam à chamada os seguintes Senhores Deputados Municipais:

José Manuel Maia Nunes de Almeida; Bruno Ramos Dias; Maria Luísa Monteiro Ramos; Carlos Manuel Coelho Revés; Elisabete Peres Pereira; José Alberto Azevedo Lourenço; João Eduardo Alves de Moura Geraldes; Sónia Tchissole Pires da Silva; Nuno Miguel Costa Gonçalves; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; José Gabriel Guiomar Joaquim; José Joaquim Machado Courinha Leitão; Maria d’Assis Beiramar Lopes Almeida; Manuel Domingos Rodrigues Batista; João Ricardo Lourenço Quintino; Pedro Miguel de Amorim Matias; Paulo Filipe Pereira Viegas; Nuno Filipe Miragaia Matias; Ana Catarina Ribas Lopes; Luísa Maria Gama Varela; António Francisco Salgueiro; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Pedro Manuel Nunes de Oliveira; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Fernando Manuel Folgado dos Santos; Maria Odete Teixeira Seguro Sanches Alexandre; Ricardo Jorge Cordeiro Louçã; Teresa Paula de Sousa Coelho; Ana Margarida Figueiredo Alves Luna de Carvalho; José Ricardo Dias Martins e Luís Filipe Almeida Palma.

**4** - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 38º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

**4.1** – O Sr. Presidente da Assembleia informou da tomada de posse no passado dia 11 de janeiro, como membro em efetividade de funções, do cidadão Senhor Fernando Manuel Folgado dos Santos, segundo da lista apresentada a sufrágio pelo PAN e que ocupa a vaga de renuncia ao mandato da eleita pelo mesmo Partido, Senhora Alexandra Branco Ralo Barata Correia. A posse foi publicitada pelo Edital nº 675/XI-4º, de 12 de janeiro de 2017.



**4.2** – O Sr. Presidente da Assembleia informou também da renúncia ao mandato do eleito pelo PSD, Sr. João Rafael Faustino de Almeida pelo que foi dada posse como membro da Assembleia Municipal em regime de efetividade de funções, à cidadã, Senhora Ana Catarina Ribas Lopes, que é nos termos e para os efeitos do artigo 79º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Candidata com direito a ocupar a vaga por renúncia, **(Conforme Anexos I e II)**

**4.3** - Do Presidente procedendo ao anúncio das comunicações dos Senhores Deputados Municipais solicitando a substituição por ausência:

- O Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, com ausência no dia 16 de fevereiro de 2017, (Ent. nº 7610/XI-4º), **(Conforme Anexo III)**.
- A Sr.ª Eva Sofia Borges de Araújo Gomes, com ausência nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, (Ent. nº 7654/XI-4º), **(Conforme Anexo IV)**.
- A Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, com ausência nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, (Ent. nº 7546/XI-4º), **(Conforme Anexo V)**.
- O Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos, com ausência nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, (Ent. nº 7547/XI-4º), **(Conforme Anexo VI)**.
- A Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado, com ausência no dia 16 de fevereiro de 2017, (Ent. nº 7548/XI-4º), **(Conforme Anexo VII)**.
- O Sr. Paulo Alexandre Ribeiro Sabino, com ausência nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, (Ent. nº 7589/XI-4º), **(Conforme Anexo VIII)**.

**4.4** - Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse:

- O Candidato Sr. António Abrantes de Almeida, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 16 de fevereiro de 2017, do eleito Sr. Nuno Miguel Macedo Marques Vitorino, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo IX)**.
- O Candidato Sr. José João Santos da Mata, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 16 de fevereiro de 2017, da eleita Sr.ª Eva Sofia Borges de Araújo Gomes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo X)**.
- A Candidata Sr.ª Vanda Maria Barreiros de Lima e Silva, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, da eleita Sr.ª Ana Catarina Veiga dos Santos Mendonça Mendes, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexo XI)**.
- O Candidato Sr. Filipe Alexandre Pardal Pacheco, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 16 de fevereiro de 2017, do eleito Sr. Sérgio Cantante Faria de Bastos e por impedimento do cidadão Sr. Nuno de Avelar Pinheiro, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XII e XIII)**.
- O Candidato Sr. Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira, que ocupa a vaga ocorrida por ausência no dia 16 de fevereiro de 2017, da eleita Sr.ª Ana Marques Serra e Moura Salvado e por impedimento da



cidadã Sr.<sup>a</sup> Rita Margarida Cardoso Vieira e do cidadão Sr. Nuno Ricardo Cardoso Augusto, **(Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XIV, XV e XVI).**

- A Candidata Sr.<sup>a</sup> Lina Cristina de Matos Gonzalez, que ocupa a vaga ocorrida por ausência nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, do eleito Sr. Paulo Alexandre Ribeiro Sabino e por impedimento do cidadão Sr. Bruno Rafael Esteves Manso Ribeiro e da cidadã Sr.<sup>a</sup> Beatriz Leal da Silva Brandão Ferreira, **Conforme Auto de Tomada de Posse, Anexos XVII, XVIII e XIX).**

**4.5** - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, não se registou qualquer falta.

**4.6** - O Presidente deu nota da Informação do Expediente Entrado do nº 7176/XI-4º ao 7598/XI-4º do Expediente Enviado do nº 4667/XI-4º ao nº 4906/XI-4º, da Reunião de Representantes dos Grupos Municipais – Súmula Nº 18/XI-4º/2016-17, das Atas Nºs 49/XI-4º/2016-17, 50/XI-4º/2016-17 e 51/XI-4º/2016-17 e das Minutas das Atas Nºs 49/XI-4º/2016-17, 50/XI-4º/2016-17 e 51/XI-4º/2016-17 e da Informação Nº 17/16-17 da Atividade dos Membros da Mesa.

**5** - Nos termos e para os efeitos do artigo 16º, nº 9, alínea b), do Regimento o Presidente da Assembleia deu informação dos Requerimentos apresentados:

**5.1** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa).

**5.1.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 7 de abril de 2015, foi registado com a Entrada nº 3393/XI-2º e designado de nº 7/CDS-PP/XI-2º.

**5.1.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de abril de 2015, através do ofício nº 2325/XI-2ª e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 2324/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

**5.2** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Condições de Segurança da Escola Básica e Secundária Anselmo de Andrade” em Almada.

**5.2.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 23 de outubro de 2015, foi registado com a Entrada nº 4676/XI-2º e designado de nº 11/CDS-PP/XI-2º.

**5.2.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de outubro de 2015, através do ofício nº 3075/XI-2º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3074/XI-2º de que o requerimento foi remetido à Câmara no mesmo dia.

**5.3** - Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Iluminação Terminal de Cacilhas”.

**5.3.1** - O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 24 de maio de 2016, foi registado com a Entrada nº 6120/XI-3º e designado de nº 17/CDS-PP/XI-3º.

**5.3.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 27 de maio de 2016, através do ofício nº 3969/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 3968/XI-3.

**5.4** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Manutenção do espaço Público”.



- 5.4.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 13 de julho de 2016, foi registado com a Entrada nº 6484/XI-3º e designado de nº 19/CDS-PP/XI-3º.
- 5.4.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de julho de 2016, através do ofício nº 4211/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4210/XI-3º.
- 5.5** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Requalificação e segurança de pessoas e bens no Ginjal e Olho-de-Boi”.
- 5.5.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 6 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6664/XI-3º e designado de nº 20/CDS-PP/XI-3º.
- 5.5.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 13 de setembro de 2016, através do ofício nº 4347/XI-3º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4346/XI-3º.
- 5.6** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Degradação do Parque Habitacional no Concelho de Almada”.
- 5.6.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 7 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7061/XI-4º e designado de nº 22/CDS-PP/XI-4º.
- 5.6.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em de 2016, através do ofício nº 4602/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4601/XI-4º.
- 5.7** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Obras no Pavilhão Gimnodesportivo da Costa da Caparica”.
- 5.7.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 11 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7091/XI-4º e designado de nº 23/CDS-PP/XI-4º.
- 5.7.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em de 2016, através do ofício nº 4614/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4613/XI-4º.
- 5.8** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre rua Bernardo Francisco da Costa.
- 5.8.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6833/XI-3º e designado de nº 5/PS/XI-3º.
- 5.8.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4670/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4669/XI-4º.
- 5.9** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre Trânsito e estacionamento no Eixo Central de Almada.
- 5.9.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6834/XI-3º e designado de nº 6/PS/XI-3º.
- 5.9.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4672/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4671/XI-4º.
- 5.10** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre Fiscalização de trânsito na rua Jerónimo Osório.



- 5.10.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6835/XI-3º e designado de nº 7/PS/XI-3º.
- 5.10.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4674/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4673/XI-4º.
- 5.11** – Pelo Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão, solicitando informações sobre Atuação de Funcionários da ECALMA.
- 5.11.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 30 de setembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 6836/XI-3º e designado de nº 8/PS/XI-3º.
- 5.11.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em, através do ofício nº 4676/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4675/XI-4º.
- 5.12** – Pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Matias, solicitando informações sobre Identificação do património imobiliário, urbano e rústico.
- 5.12.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia no dia 29 de novembro de 2016, foi registado com a Entrada nº 7190/XI-4º e designado de nº 9/PS/XI-4º.
- 5.12.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 7 de dezembro de 2016, através do ofício nº 4708/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4707/XI-4º.
- 5.13** – Pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, solicitando informações sobre “Cumprimento das recomendações do Tribunal de Contas”.
- 5.13.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 4 de janeiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7452/XI-4º e designado de nº 24/CDS-PP/XI-4º.
- 5.13.2** - O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 5 de janeiro de 2017, através do ofício nº 4810/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4809/XI-4º.
- 5.14** – Pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes, solicitando informações sobre “Falha de transporte garantido aos alunos de Costas de Cão”.
- 5.14.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 24 de janeiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7521/XI-4º e designado de nº 8/BE/XI-4º.
- 5.14.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 30 de janeiro de 2017, através do ofício nº 4847/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4846/XI-4º.
- 5.15** - Pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, solicitando informações sobre “Festival Sol da Caparica”.
- 5.15.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 14 de fevereiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7601/XI-4º e designado de nº 3/PSD/XI-4º.
- 5.15.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de fevereiro de 2017, através do ofício nº 4917/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4916/XI-4º.
- 5.16** – Pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Matias, solicitando informações sobre “Transações de património municipal”.



**5.16.1** – O requerimento deu entrada nos serviços da Assembleia Municipal no dia 14 de fevereiro de 2017, foi registado com a Entrada nº 7600/XI-4º e designado de nº 4/PSD/XI-4º.

**5.16.2** – O requerimento foi remetido à Presidência da Câmara em 15 de fevereiro de 2017, através do ofício nº 4919/XI-4º e informado o Sr. Deputado Municipal requerente através do ofício nº 4918/XI-4º.

**6** - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

**6.1** – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor Carlos Alberto Cortez Saraiva da Rocha, residente na Charneca de Caparica.

**6.1.1** - O Munícipe Exm.º Senhor Carlos Alberto Cortez Saraiva da Rocha:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sou residente na Herdade da Aroeira, e venho expor duas situações que se verificam de forma contínua na Herdade e que têm que ver com a saúde pública.

A primeira diz respeito aos Moloks/Ecopontos que existem para recolha de lixo. O seu número é insuficiente considerando a frequência da recolha dos lixos feita pelos serviços camarários, verificando-se constantemente a existência de lixo depositado no espaço contíguo aos Moloks por impossibilidade da sua acomodação no seu interior.

Além da poluição ambiental inaceitável do ponto de vista visual, esta situação origina cheiros desagradáveis e é um chamariz para insetos e outros animais, constituindo um perigo para a saúde pública.

Uma das causas para este problema, reside também no facto de os residentes não terem à sua disposição um sistema eficiente de recolha de resíduos verdes e de “monos”, utilizando indevidamente os Ecopontos para deposição desses tipos de resíduos.

Quanto aos resíduos verdes, existe neste momento um local de despejo gerido pela SILGOLF (entidade protocolada pela CMA) e que tem sido motivo de queixas dos utilizadores por não cumprir com as obrigações a que se propôs, nomeadamente nos horários de acesso ao local e impedindo a descarga de resíduos mesmo quando a área para despejo está longe de estar cheia.

Também é notória a inexistência de uma eficiente delimitação das áreas dos Ecopontos, que quando existe, é constituída por uma vedação de madeira em que o sistema de fecho da porta de entrada não funciona eficazmente, ficando a zona acessível a crianças e animais.

Considerando que a Herdade da Aroeira é uma área que deveria ser de excelência atendendo ao seu valor turístico para o concelho, não se entende esta falta de higiene e desleixo a que tem sido votada por quem tem a obrigação e o dever de promover o local com estas características peculiares.

Uma maneira de resolver os problemas apontados, seria a construção de Ecopontos enterrados, para substituição dos Moloks exteriores existentes, como aliás está a ser feito em diversos concelhos da área de Lisboa e Vale do Tejo, como por exemplo no concelho de Oeiras. Este tipo de Ecopontos evitam os cheiros e a poluição visual e são uma mais valia para o ambiente e saúde pública.

A segunda situação refere-se à problemática da chamada “lagarta do Pinheiro”.



A “Herdade da Aroeira” está inserida numa vasta área florestal de pinheiro que se estende da Charneca de Caparica até à Lagoa de Albufeira e fica localizada entre a Mata dos Medos e a Apostiça.

A simbiose entre a sua característica habitacional e turística com a envolvente de pinhal é uma mais valia que tem sido defendida em particular pelas entidades públicas com responsabilidades ambientais.

Nos últimos anos tem-se vindo a verificar um aumento da infestação pela processionária-do-pinheiro (também chamada lagarta-do-pinheiro), que tem provocado o enfraquecimento das árvores atacadas, pela perda de folhas que provoca, tornando-as mais suscetíveis ao ataque de outros organismos nocivos.

Em ambiente urbano, como é o caso da Herdade da Aroeira, esta praga assume ainda maior importância, uma vez que as lagartas originam, nos seres humanos, problemas de irritação cutânea, do globo ocular e do sistema respiratório que podem conduzir, em caso extremo, à morte por asfixia caso não seja feito tratamento médico atempado. Os animais de estimação são igualmente atacados, havendo casos de morte, por asfixia, e da perda da língua depois de terem entrado em contato com a lagarta.

Um ataque eficaz a este flagelo tem de ser efetuado à escala regional, implicando o comprometimento das várias autoridades autárquicas abrangidas pela área de pinhal envolvida. Mas atendendo às suas consequências para a saúde pública, as autarquias e as organizações ambientais têm a obrigação de intervir e acordar num plano de prevenção que diminua a prazo o problema.

A CMA e a Junta de Freguesia da Charneca de Caparica-Sobreda puseram em marcha, em 2015, um programa ecológico experimental de combate à “lagarta do pinheiro”, que consiste, entre outras medidas, à introdução de ninhos para o “chapim”, pássaro predador que se alimenta das lagartas e dessa forma quebra o ciclo de vida da espécie. Este programa lamentavelmente não tem abrangido a Herdade da Aroeira, o que não tem explicação e é inadmissível!

O pinhal da Herdade da Aroeira, para ser preservado e obter das populações o incentivo para a sua conservação, tem de ter das entidades responsáveis o tratamento adequado, quer promovendo a sua limpeza para evitar incêndios, quer no combate eficaz à infestação da “lagarta do pinheiro” que põe em perigo a saúde pública.

Por isso é imperioso que o programa de combate à “lagarta do pinheiro” tenha continuidade e que a área da Herdade da Aroeira seja abrangida.”

**6.2 – Usou da palavra o Município Exm.º Senhor José Manuel de Sousa Borges, residente na Charneca de Caparica.**

**6.2.1 - O Município Exm.º Senhor José Manuel de Sousa Borges:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é José Manuel de Sousa Borges e sou residente na Herdade da Aroeira.

Venho a esta Assembleia apresentar dois temas já largamente discutidos com a CMA mas que continuam, a meu ver, sem solução:

1. O estado, ou mais propriamente, o mau estado das ruas na Herdade da Aroeira



2. A questão da falta de segurança rodoviária no acesso à Herdade da Aroeira.

Começo de imediato pelo segundo:

A quase totalidade da circulação de acesso à Herdade da Aroeira é efetuada utilizando o cruzamento da avenida do Mar com a rua Amadeu Sousa Cardoso.

O intenso tráfego da avenida do Mar conjugado com a circulação proveniente da Charneca, via rua Amadeu Sousa Cardoso, faz com que este cruzamento seja dos mais movimentados da região. Se juntarmos a estes factos a velocidade de circulação na avenida do Mar e a falta de visibilidade para quem sai da Herdade da Aroeira, transformam este cruzamento num dos locais com mais acidentes da Freguesia, como poderá ser confirmada pela GNR.

Só na minha família já houve dois acidentes, graças a Deus sem feridos, mas em que num dos casos o carro foi para abate.

Solicito assim que seja novamente analisada a possibilidade de ser construída uma rotunda, semelhante à que existe em frente ao ALDI. A construção do novo Hotel na Herdade da Aroeira seria talvez o momento oportuno para viabilizar este investimento.

Passando agora rapidamente ao mau estado das ruas na Herdade da Aroeira, relembro uma vez mais a degradação em que se encontram a grande maioria das ruas secundárias da herdade, já sem qualquer tipo de pavimento e cheias de buracos.

Apesar das várias promessas feitas ao longo dos anos por parte da CMA para resolver a situação, nada foi feito, e a degradação atual, sobretudo em tempo de chuva, impossibilita uma circulação normal de viaturas.

Nas vias principais, os buracos no pavimento alternam com o piso levantado pelas raízes dos pinheiros... Nada de novo... Parece que conduzimos numa “picada”...

Tudo situações das quais a CMA tem pleno conhecimento e que continuam a aguardar a sua intervenção. Para quando?

Gostaria de ver um compromisso formal da CMA, com um plano a três, a cinco ou a mais anos para resolver este problema. Mas um compromisso programado e formalizado para não ser sempre e só “intenções”.

**6.3 – Usou da palavra o Município Exm.º Senhor Fernando Manuel Oliveira Rodrigues, residente na Charneca de Caparica.**

**6.3.1 - O Município Exm.º Senhor Fernando Manuel Oliveira Rodrigues:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sou morador na Herdade da Aroeira, tenho uma filha com 9 anos que chegou a brincar no único parque infantil existente na Herdade, entretanto desmantelado, aparentemente porque não cumpria as regras de segurança.

O desmantelamento verificou-se há cerca de 5/6 anos e nessa altura foi referido que seria uma situação transitória e que a Herdade iria dispor de um parque mais moderno e conforme com as regras comunitárias.



Desde então a minha filha tem me questionado, frequentemente, sobre quando terá um novo parque para poder brincar com as amigas.

Na Herdade da Aroeira existem cerca de 1700 famílias, com imensas crianças que gostariam, tal como a minha filha, de poder ter um espaço onde brincar e conviver com os amigos. Teremos todos de lhes reconhecer esse desejo e esse direito.

É estranho que numa área habitacional com esta dimensão não exista um parque infantil e de diversão para as crianças e adolescentes poderem brincar, criando-lhes as condições básicas para que possam gastar as imensas energias que nestas idades acumulam.

Mais uma vez não sabemos a quem compete a responsabilidade de fazer acontecer este tipo de soluções. Em todas as áreas públicas habitacionais estes equipamentos são da responsabilidade camarária, embora compreenda que os moradores possam ter um papel importante de iniciativa e persuasão. Na Herdade da Aroeira temos uma entidade intermediária com a CMA, a Silgolf, que não só não advoga os interesses dos moradores, como se demite de pugnar pelas melhorias e benfeitorias deste espaço. Na prática a Silgolf não faz... não requer à CMA que o faça... e os moradores têm assistido a um marasma que definitivamente tem de acabar.

Desejo aproveitar a minha presença nesta Assembleia para, em nome da minha filha e de todas as crianças da Herdade da Aroeira, questionar a Câmara Municipal de Almada sobre quando vão voltar a ter à disposição um parque infantil para poderem brincar...

Ficamos expectantes a aguardar a resposta a esta questão.

Como pai e habitante da Herdade da Aroeira, tenho consciência de que somos os maiores contribuintes em termos de IMI para o Concelho. Congratulo-me que isso tenha podido ajudar a construir variadíssimos parques infantis em imensas zonas do Concelho, e apenas pretendo que a minha filha e todas as crianças que residem e visitam a Herdade da Aroeira, justamente, tenham as mesmas oportunidades que muitos outros meninos do Concelho de Almada..."

**6.4 – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor António José Pires Fernandes, residente na Charneca de Caparica.**

**6.4.1 - O Munícipe Exm.º Senhor António José Pires Fernandes:**

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sou morador na herdade da Aroeira tendo adquirido um apartamento na zona de apartamentos da última fase da urbanização. Juntamente com a escritura assinei um documento complementar através do qual me comprometia ao pagamento dum valor de condomínio adicional à empresa Silgolfe (salvo erro uma vez que a empresa já mudou de nome 2 vezes) em troca do qual a referida empresa asseguraria a prestação de serviços suplementares como manutenção dos espaços verdes, manutenção dos espaços de recreio, vigilância de proximidade, etc., bem como alguns serviços básicos como a manutenção dos pavimentos limpeza das ruas que seriam da responsabilidade da autarquia mas que devido ao estatuto especial da herdade seriam prestados pela empresa gestora da Herdade numa forma mais personalizada e supostamente mais frequente.



Acontece que enquanto houve apartamentos por vender esses serviços foram sendo prestados, mas assim que os apartamentos foram vendidos, os serviços foram gradualmente deixando de ser prestados, começando pela máquina de limpeza das ruas que deixou de funcionar, até que a limpeza e manutenção deixaram de ser prestadas de todo.

Desloquei-me ao escritório da empresa e inquiri da razão de ser da situação, onde fui informado que esses serviços seriam da responsabilidade da CMA e que por essa razão a Silgolfe tinha deixado de os prestar.

Acontece que pela minha leitura do contrato complementar essa não era a situação porque lá estava claramente escrito que esses serviços (de valor acrescentado) eram parte da contrapartida pelo pagamento adicional de condomínio. Face a esta situação pedi que me fossem prestadas contas da forma como esse dinheiro era gasto, tendo-me sido respondido que a Silgolfe era uma empresa privada que não tinha de me prestar contas nenhuma. Perante esta resposta deixei de pagar esse condomínio e aderi à rescisão coletiva desse contrato da iniciativa da Associação de Moradores da herdade da Aroeira.

Como as ruas não eram limpas e os passeios se estavam a degradar (estou a falar neste caso na rua dos Ciprestes entre os números 42 a 80, o condomínio desses apartamentos (do qual faço parte) passou a assumir a limpeza da rua bem como a reparação dos referidos passeios.

Acontece que apesar de pagarem IMI como qualquer outro proprietário (o qual a propósito acabou de ser aumentado), estes proprietários não usufruem dos serviços municipalizados de manutenção e limpeza tendo de pagar segunda vez para obter esses serviços.

De facto, a autarquia tem-se demitido das suas responsabilidades, não assegurando diretamente esses serviços, nem obrigando a empresa Silgolfe com a qual celebrou um protocolo para a sua execução a executá-los conforme parece estar protocolado.

Apresento algumas fotografias do estado dos passeios numa zona mais abaixo da rua onde essa manutenção não é efetuada.

Uma vez que a Assembleia Municipal me parece ser o local adequado para colocar estas questões, deixo aqui duas perguntas:

1. Pergunto o que é que a CMA pensa fazer para resolver esta situação.
2. Pergunto se a CMA considera viável substituir esse protocolo por um outro celebrado com a Associação de Moradores, que efetivamente assegure essa prestação desses serviços e que preste contas aos moradores e proprietários.”

**6.5** – Usou da palavra a Munícipe Exm.º Senhora Maria Felismina B. Ferreira, residente na Charneca de Caparica.

**6.5.1** - A Munícipe Exm.º Senhora Maria Felismina B. Ferreira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Herdade da Aroeira – Denúncia reiterada da situação precária das infraestruturas, da falta de serviços de limpeza e manutenção da responsabilidade autárquica. Falta de diálogo da CMA com a Associação de Proprietários.

Os Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira, através da APRHA, Associação que os representa, vêm de novo denunciar o continuado alheamento por parte da Câmara Municipal de Almada acerca dos problemas ali existentes, reiteradamente apresentados aos diversos responsáveis da Autarquia.

Recordamos que em 2016 fizemos duas intervenções nesta Assembleia, em abril e em junho. Tivemos uma reunião com o Exm.º Sr. Presidente da Câmara em julho e, a partir dessa data nada mais aconteceu, contrariando as promessas formuladas pelo Exm.º Sr. Presidente nessa mesma reunião. Mantêm-se válidos e atuais os conteúdos das nossas intervenções realizadas em 2016.

A indignação dos Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira, expressa numa moção dirigida à CMA em outubro 2016 foi considerada incómoda, a avaliar pela reação expressa na resposta do Exm.º Sr. Presidente dirigida à APRHA. Se o relato das razões que nos movem incomodam a Autarquia, pensamos que caberia à CMA demonstrar quais as ações com que seriamente se compromete, de forma a ultrapassar e resolver as situações apresentadas. Ignorar, censurar e ostracizar não serão certamente os passos mais demonstrativos da vontade política necessária à resolução dos problemas. Consideramos que a oportunidade das intervenções nesta Assembleia representa, para nós, uma tentativa de aproximação junto do poder decisório da Câmara Municipal de Almada, sendo forçados a fazê-lo desta forma por nos estar a ser negada qualquer outra alternativa. Neste sentido, gostaríamos de clarificar que não vimos a esta Assembleia fazer as nossas intervenções e deixar os nossos comunicados, como se desejássemos participar uma espécie de “jogos florais”. Seriamente apelamos para o sentido de responsabilidade de V. Ex.ªs dignando-se registar na v/ agenda, de uma vez por todas, os passos decisivos para resolução dos problemas da Herdade da Aroeira, os quais vos têm sido colocados para apreciação vezes sem conta, ao longo de mais duas décadas e, de forma mais incisiva, nos últimos anos.

Os Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira esperam há demasiado tempo.

A realidade que CMA mantém dentro da herdade da Aroeira corresponde a um estado de irregularidade, no que respeita à gestão do espaço público, conveniente à sua própria escusa em assumir as suas responsabilidades na gestão deste espaço, permitindo com isso a continuada intromissão abusiva do Promotor imobiliário, como prestador dos serviços camarários, pelos quais se faz cobrar. Os Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira são vítimas dos interesses instalados do promotor e da conveniente apatia da CMA, que se recusa a enfrentar a resolução destes problemas existentes desde há décadas.

Não poderemos continuar a calar a nossa discordância perante o marasmo da CMA, diante de um Promotor imobiliário que continua a explorar, sob a forma de monopólio, a prestação de serviços camarários. Paralelamente, parece debochar do cumprimento das regras que a CMA lhe solicita, mas



que não lhe impõe nem exige. Afronta ainda os direitos básicos dos Proprietários e Residentes, sujeitando-os à sua prepotência, e fazendo-se cobrar por serviços que, na sua maioria, deveriam corresponder a serviços de prestação autárquica obrigatória.

A existência dum protocolo, subscrito em 1994, entre a Autarquia e o Promotor, sustentará em certa medida este estado de coisas. O adiamento, por parte da CMA, do cancelamento definitivo desse protocolo, revela fragilidade e vulnerabilidade, e carece de melhor entendimento, sob pena de afetar a credibilidade das intenções subjacentes.

A APRHA tem vindo a solicitar à CMA uma solução que termine com os interesses instalados, que prejudicam os Proprietários e Residentes, em benefício do negócio de uma empresa que viola impunemente os princípios básicos da livre concorrência, e nega aos visados o direito de escolha dos serviços, a avaliação da sua qualidade e a competitividade do preço exigido.

A complacência da CMA sobre este estado de coisas merce a nossa contestação, e tem de ser denunciada.

Sabendo nós que a CMA tomou a iniciativa, e se disponibilizou para analisar e agilizar soluções de acordos de cooperação com Associações de Moradores noutros locais do concelho para a gestão de serviços camarários de limpeza, jardinagem e manutenção do espaço público, lamentamos constatar que essa hipótese não tenha sido equacionada com a APRHA, conscientes de que, não só a Herdade da Aroeira representa uma das situações que requer mais urgência, mas também porque entendemos que a APRHA possui condições favoráveis para o sucesso duma solução, numa parceria desta natureza.

A APRHA solicita uma resposta conciliadora por parte da Câmara Municipal de Almada, urgente e dinâmica, com vista à formalização de um acordo de cooperação para a gestão dos serviços públicos camarários a prestar na Herdade da Aroeira.

Esta exposição/reclamação foi apresentada na sessão da Assembleia Municipal de Almada em 16 de fevereiro de 2017 pela Presidente da Associação de Proprietários e Residentes da Herdade da Aroeira (APRHA).”

**6.6 – Usou da palavra o Munícipe Exm.º Senhor José Baptista Evaristo, residente em Almada.**

**6.6.1 - O Munícipe Exm.º Senhor José Baptista Evaristo:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O objetivo da minha intervenção é apenas e só este, informação para consideração.

No domingo, dia 5 de fevereiro, pelas 11H45 dirigia-me ao Fórum de Almada através do Parque da Paz com o computador debaixo do braço, para reparação quando fui aliviado do mesmo por dois indivíduos que puderam fugir. Como sou Presidente da Universidade D. Sancho I de Almada, resolvi mandar um e-mail para toda a gente para alertar pelo sucedido. Isto é o que me traz aqui, porque recebi como feedback informação de que isto é bastante frequente. Portanto, tem havido lá muitas pessoas roubadas, assaltadas e até agredidas. E é só isto. Como disse o objetivo é apenas informação para consideração.”



**6.7** – Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Artur Silva de Oliveira, residente em Almada.

**6.7.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Artur Silva de Oliveira:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Tenho quase 80 anos, vivo na zona de Almada Velha, tenho muito orgulho em viver lá e, portanto quando venho a sessões de Câmara ou Assembleia Municipal é para tratar de assuntos de caráter coletivo e não de caráter pessoal. E aqui só venho no sentido de procurar ao Sr. Presidente a solução de alguns problemas rápidos. Nomeadamente a colocação das passadeiras na zona de Almada, nas estradas que foram alcatroadas e que neste momento está a correr risco, eu inclusivamente por pouco não fui atropelado. Portanto, essa uma das questões que eu apelo para que seja corrigida o mais rapidamente possível, a colocação das passadeiras.

A outra apelava ao Sr. Presidente para que fosse colocado corrimão, ou seja dois corrimões junto ao Fórum Romeu Correia, nas escadarias quase paralelas ao Fórum, em que as pessoas passam ali, é um bocado de risco, eu passo lá às vezes à noite e vejo que realmente há falta de proteção e há necessidade ali de colocação de corrimão.

A terceira, quero apelar ao Sr. Presidente. Foi restaurada a rua Bernardo Francisco da Costa em que ficou para alcatroar a praça Oliveira Feijão que é um bocadinho pequenino, também fácil de solução.

E para concluir. Como sou operário todos os dias vou ao Olho de Boi, onde trabalhei décadas, tenho quase 80 anos, como já disse e então como estamos no mês dos poemas pensei neste poema “Sou um simples Operário, Toda a vida trabalhei, E lá virá o dia em que eu partirei. Partirei sim, Mas a luta continua, E há de vir o dia em que o Povo vem para a rua, E vem para rua porquê? Porque há uma razão de ser, Porque todo o ser Humano tem o direito a viver.”

Obrigado pela atenção que dispensaram.”

**6.8** – Usou da palavra o Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Hugo Elias, residente em Almada.

**6.8.1** - O Munícipe Exm.<sup>o</sup> Senhor Hugo Elias:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

O meu nome é Hugo Elias, sou residente na rua Francisco de Andrade e basicamente o objetivo que me traz aqui é mais uma vez reiterar em satisfação todos os moradores estarem por aquela rua, em toda a envolvente não ter a classificação de rua para residentes. O que faz com que basicamente toda a gente estaciona naquela rua, nós moradores não temos como estacionar, a qualquer hora do dia, o que causa enormes transtornos a todos nós.

Esta situação já foi várias vezes reportada, eu próprio já enviei vários e-mails para os Departamentos específicos e com conhecimento de várias pessoas e com requerimento assinado por mais de 30 moradores. Só que a situação persiste, a única coisa que uma vez me disseram foi que o Regulamento não permitia que aquela rua passasse a ter a classificação para residentes. O que eu tenho que discordar, porque acho que é um critério injusto, porque se todas as ruas envolventes têm a zona para residentes, não é justo que a nossa rua seja saturada com todas as viaturas estacionadas. Tanto podem estar bem estacionadas como mal estacionadas, muitas vezes estacionam em segunda fila e



mal. Muitas vezes já têm riscado os para-choques de automóveis, “n” situações. E o que eu venho no fundo pedir, em nome de todos os moradores, é que esta situação seja de uma vez por todas, revista. No fundo é isso.

Também posso reportar outra situação. É que existe nalguns casos uma sinalização deficiente, ou falta de sinalização. Por exemplo quem vem da rua Infanta Dona Beatriz e vira à esquerda para a rua Elias Garcia, não tem informação de que essa rua é uma rua para residentes. Eu próprio já estacionei lá, não fazia a mínima ideia que a rua era para residentes e tive que estacionar lá porque, lá está, na rua onde resido, na rua Francisco de Andrade não tinha onde estacionar. Não tem informação de que aquela rua é para residentes, porque não está lá nenhum sinal, e recebi uma coima da ECALMA. Já fiz uma exposição, só que no fundo o que eu quero é mais uma vez reiterar essa situação, requerer que essa rua possa ser classificada como rua para residentes.”

**6.9** - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Nuno Matias e Pedro Matias, o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**6.9.1** – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Queria começar por saudar nesta primeira intervenção a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Almada, que nos cedeu as instalações para a realização da Assembleia, e naturalmente estando aqui na Assembleia também saudar os novos corpos gerentes desta Associação Humanitária que se dispuseram corajosamente em enfrentar e ultrapassar um período difícil que aqui foi vivido. É nosso desejo que essas dificuldades sejam definitivamente ultrapassadas, porque os Bombeiros Voluntários de Almada fazem falta ao nosso Município, a esta Freguesia, mas também à nossa Região. E nesta ocasião não podia deixar de fazer uma referência a esta circunstância.

Eu iria começar por pedir ao Sr. Vereador Rui Jorge Martins que em relação a um conjunto de questões que foram aqui colocadas pelos Srs. e Sr.<sup>as</sup> Múncipes, cujas intervenções agradecemos, designadamente nas questões relacionadas com o tratamento de espaços e com questões da higiene urbana e alguns aspetos também relacionados com trânsito que aqui foram colocados.”

**6.9.2** – O Sr. Vereador Rui Jorge Martins, a solicitação do Sr. Presidente da Câmara Municipal:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Algumas notas mais genéricas sobre algumas questões relacionadas com áreas que acompanho, nomeadamente colocadas pelos residentes da Herdade da Aroeira, que aqui trouxeram problemas que se ligam com as questões da salubridade, recolha de ecopontos, sugestões sobre este tipo de equipamentos, para dar nota de que temos um Regulamento de Resíduos que foi aprovado nesta Assembleia Municipal há relativamente pouco tempo e que de alguma maneira também indica e aponta não só nesta Herdade como em todo o Município a forma como devem ser tratados os nossos resíduos. Temos também, nomeadamente em relação a estas questões dos monos, que foram aqui colocados e que também são comuns estes problemas a todos um conjunto de locais na Charneca e no Concelho



de Almada, com a deposição indevida de monos ao lado dos ecopontos, ao lado dos caixotes do lixo e muitas vezes fora destas zonas, traduzindo-se também em problemas de imagem pública que era importante que contribuíssemos todos para resolver.

Nesse sentido já há muitos anos que temos com as Juntas de Freguesia e Uniões de Junta de Freguesias agora, um protocolo no sentido de serem recolhidos, serem estas Juntas a fazerem a recolha dos monos, perante a marcação prévia desta recolha. Ou seja, o mono não deve ser despejado, os verdes não devem ser despejados simplesmente ao lado de um caixote do lixo. Deve ser feita a marcação do dia que será combinado para que não fique lá durante uma série de tempo, até que alguém passe e perceba que existe o problema.

A própria questão dos ecopontos e a sua falta, também é uma matéria que reportamos frequentemente à AMARSUL. É uma empresa detida, também tivemos aqui nesta Assembleia Municipal, na Câmara Municipal várias posições contra isso, detida em maioria de capital por uma empresa privada com maioria de capital e dos Municípios e é nossa condição de exigência de prestação do serviço público. A exigência não diminuiu, mas ficou naturalmente com uma dificuldade acrescida, e quando estas coisas se traduzem na base do lucro é mais difícil conseguir que estas empresas assumam as suas responsabilidades e o acréscimo de ecopontos quando eles são solicitados tornaram-se mais difíceis. A limpeza junto aos ecopontos que deveria ser obrigação desta empresa, é muitas vezes deficitária. Deveriam aquelas carrinhas que recolhem da AMARSUL, que recolhem o que fica ao lado dos ecopontos, deveriam estar acompanhados por um cantoneiro que acompanhasse o motorista. Tal não acontece e naturalmente esta resposta e este serviço público ficou de facto prejudicado. Mas naturalmente faremos chegar à AMARSUL esta reclamação que aqui veio mais uma vez, que foi aqui mais uma vez feita.

Já agora em relação aos ecopontos enterrados. Não era necessário trazer o exemplo de outros Concelhos, bastaria o nosso. Encontramos aqui em vários sítios onde por intervenção da Câmara tal foi feito, existem ecopontos enterrados que naturalmente têm a vantagem que aqui também vieram dizer de trazer maior qualidade ao espaço público. Temos vindo a insistir com a AMARSUL para que este tipo de equipamentos sejam dotados em mais locais, permite uma maior deposição, permite que o lixo não fique tão à superfície e que se consiga um espaço público mais limpo, não temos conseguido mas vamos com certeza também continuar a solicitar.

A lagarta do pinheiro é um problema que temos nós e em todo o lado onde há pinheiros, nestas alturas começa a aparecer, temos um Programa Municipal de Combate com medidas fitossanitárias nas árvores, de combate um bocadinho generalizado no Concelho, nomeadamente junto das zonas de frequência mais elevada de crianças, escolas, parques infantis, etc..

O programa dos ninhos de Chapim, é um programa que não tem naturalmente uma eficiência imediata, é um programa que tem que ter uma implementação ao longo de vários anos para que aquele ciclo natural permita que aquelas lagartas não existam como têm existido. É um programa muito interessante, mas que não tem uma eficácia imediata. Mas queremos continuar a implementá-lo e a



alarga-lo. Este exemplo que aqui foi dado também em colaboração com a Junta da União de Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreda de instalação de ninhos de Chapim, é um bom exemplo e queremos que ele continue.

A questão do cruzamento da avenida do Mar com a Amadeu de Sousa Cardoso, a velocidade, falta de visibilidade, a necessidade de uma rotunda. Nós anunciamos também que temos um conjunto de vias prioritárias que pretendemos intervir. A avenida do Mar é uma delas e estes cruzamentos serão objeto, no momento em que o fizermos, serão objeto de alguma modificação que transforme também aquele perfil viário daquela avenida e que introduza estas rotundas ou outro tipo de elementos que permitam uma maior segurança rodoviária nestas infraestruturas viárias.

O parque infantil que foi aqui colocado que foi desmantelado. A única informação que consigo aqui trazer é que foi desmantelado de facto por não cumprir a legislação atual e é uma legislação cada vez mais restritiva em relação às condições de segurança dos parques infantis que têm que obrigatoriamente ser desmantelado caso não cumpram, e que depois de inspeção por parte da Câmara, depois de notificada a Silcoge, foi desmantelado por esta entidade.

A questão trazida pelo Sr. Município José Evaristo sobre o assalto no Parque da Paz. É importante estes registos. Nós acompanhamos de alguma maneira também no Conselho Municipal de segurança com as Forças de Segurança os pontos onde existem mais assaltos e problemas desta natureza. Não temos tido um registo elevado de assaltos ou pelo menos problemático na zona do Parque da Paz, é uma zona que continua a ser muito frequentada, milhares e milhares de pessoas frequentam aquele espaço municipal e têm considerado as Forças Policiais que não têm trazido elevadas preocupações, havendo um ou outro registo de situações de furtos assaltos, questões como aqui foram relatadas. Acho que sem criar nenhum alarmismo devemos e iremos também contatar as Forças de Segurança no sentido que continuem e reforcem o dispositivo de segurança naquela área.

As passeadeiras na zona de Almada que foram alcatroadas, nós temos duas empreitadas, uma de asfaltamentos e outra a de pintura e sinalização horizontal. Decorreu a dos asfaltamentos, entretanto entramos na época de chuvas e vamos agora, não pode ser pintada à chuva, vamos agora que parou mais um pouco, ir para as intervenções nas pinturas que faltaram nestas ruas que entretanto foram alcatroadas.

Tomei nota das outras questões colocadas, do corrimão, necessidades várias que aqui vieram.

A questão colocada pelo Sr. Município Hugo Elias sobre a rua Francisco de Andrade e algumas outras ruas desta natureza, é de facto uma situação que temos que considerar no âmbito de alterações aos Regulamentos Municipais.

Nós anunciámos e disponibilizamos e vamos disponibilizar para consulta pública brevemente, durante este primeiro trimestre o Regulamento Geral de Estacionamento. Terão que ser também avaliados os Regulamentos Específicos de estacionamento que têm este problema que o Município aqui trouxe e que conhecemos. Existe um conjunto de efeitos, chamados efeitos de “bordo” com as zonas que estão regulamentadas que em que zonas que não são de residentes, nem são tarifadas têm o problema de as



peças para fugirem à zona tarifada se acumulam nestas zonas que não estão neste momento objeto de Regulamento. O que provavelmente terá sido respondido é que não pode ser alterado o regulamento de uma maneira avulsa, ele tem que ser objeto de discussão pública, tem que ser alterado pelos órgãos municipais e naturalmente que iremos considerar essa discussão e essas alterações que se verificarem necessárias de maneira a adaptar o melhor possível os Regulamentos às medidas dos Municípios.”

**6.9.3 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só um último apontamento em relação às questões que aqui foram trazidas pela Associação dos Moradores da Herdade da Aroeira. E queria dizer o seguinte, é que nós cumprimos os nossos compromissos. Aquilo que ficou acordado na reunião de julho, temos estado a trabalhar na sua concretização. Agora se queremos resolver o problema não podemos comportarmo-nos no género da chamada violência no namoro, como é agora uma coisa que está em voga. E temos que nos tratar com o devido respeito para fazermos um caminho em comum. E era isto que nós gostávamos que ficasse claro. O respeito é fundamental para que haja entendimento. Nós não queremos que tenham confiança na Câmara, não estamos à procura de votos, que isto fique claro. Não estamos á procura de votos, nem esperamos que tenham confiança na Câmara, mas respeito para que se possa construir e trabalhar em comum em relação à situação complexa em que nasceu, se desenvolveu e existe aquela Herdade, aquela zona habitacional e aqueles que lá estão. Nós respeitamo-los a todos de igual como em relação aos restantes Municípios, a resolução desse problema passa pela convergência de esforços para que se possam ultrapassar dificuldades. E não são entre os que estão interessados na solução do problema que se devem atirar pedras uns aos outros. É bom que isto fique claro. Os nossos serviços continuam a juntar os argumentos para que seja possível encontrar uma solução e que não venhamos a cair no novo jurídico onde nada serve a ninguém, e aquilo que pode ser um património do Concelho que se torne uma coisa semelhante àquilo que levou à paralisia da CostaPolis. Perdidos em processos jurídicos infundáveis. Nós queremos soluções e queremos caminhar para as soluções com passo seguro e certo. Continuamos a respeitar a Associação dos Moradores e esperamos que a Associação de Moradores respeite a Câmara da mesma maneira como nós vos respeitamos. E assim conseguiremos com certeza, talvez um pouco mais tarde do que aquilo que queríamos alcançar os objetivos comuns que é termos um espaço bonificado com grande capacidade de atração turística até porque beneficiaria de uma dos grandes campos de golfe deste País e designadamente também tem ótimas condições de acolhimento de turismo de habitação e de outro tipo de turismo como toda a gente sabe, conhece, ou se não sabe não é difícil ficar a conhecer. Era isto que gostava de dizer em relação a este ponto. Da nossa parte agora, como em julho os nossos serviços ao mais alto nível estão a trabalhar para a resolução do problema. Mas é preciso que convirjamos no esforço.

Muito obrigado a todos. É isto para a herdade da Aroeira como em relação a qualquer Município do nosso Concelho.”

**6.9.4 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**



“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente, também não querendo criar qualquer tipo de engulho, nós ouvimos aqui uma solicitação que eu penso que era útil para todos os Deputados Municipais terem igual informação. Eu confesso a minha ignorância em relação a essa matéria, porque eu não sei se existe ou não existe algum protocolo com a Silgolf ou a Silaroeira, não faço ideia como é a atual designação, não sei que tipo de responsabilidades é que possa existir de parte a parte, não faço ideia, mas penso que era útil para todos nós uma vez que fomos confrontados com essa afirmação da existência desse tal protocolo pelo menos conhecermos, não precisa de ser agora como é óbvio. Que pudesse ser distribuído a todos os Deputados Municipais essa informação para que possamos acompanhar daqui em diante esta situação.”

**6.9.5 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Matias (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Esta questão da Herdade, proprietários e residentes da Aroeira já vem, nós temos vindo, pelo menos 2016, duas ou três questões que foram aqui colocadas. Eu percebo que as coisas não têm corrido bem relativamente entre o Município e a Associação, mas era preciso que o Município encarasse a Herdade da Aroeira como território do Município.

E há um conjunto de questões, há aqui um conjunto de questões que foram levantadas que têm que ter um tratamento político no âmbito político, é preciso ter vontade para fazer. E isto tem-se vindo a arrastar ao longo do tempo e os residentes e proprietários têm manifestado alguma preocupação porque já cá vieram várias vezes, o tempo vai passando, os anos vão-se passando e as soluções continuam ou na gaveta, ou então em construção, e nós não conseguimos sair deste espaço de algum diálogo, mas que depois não se traduz em ação no terreno. E nós temos que olhar para a Herdade da Aroeira e para a Charneca de Caparica, para a própria Freguesia, como questão fundamental como diziam, um espaço de grande atratividade turística ao nível do Golfe por exemplo, e a vários outros níveis. Portanto, era necessário que o Sr. Presidente e o Município até ao final do Mandato eventualmente conseguissem apresentar uma solução com a Associação de Proprietários para se resolver esta questão. Isto não pode continuar, nós não podemos continuar com a questão dos monos, por exemplo.

Eu dou aqui um exemplo, o Vereador Rui Jorge Martins falava na Charneca de Caparica com os monos, que as pessoas têm que ligar para a Junta e os monos são recolhidos. Como é que as pessoas podem recolher monos se eu ligar para a Junta e dizem-me que só daqui a 15 ou 30 dias é que levantam os monos depositados à minha porta? É preciso agilizar estas coisas. É preciso planear estas coisas. Eu não sei se o Sr. Presidente irá à Herdade da Aroeira, à Charneca, mas se calhar uma visita guiada dava jeito.”

**6.9.6 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;



Muito obrigado Sr. Nuno Matias. Com certeza que na sua condição de Deputado Municipal pode requerer e naturalmente receberá o protocolo que foi subscrito. Está registado em Ata e portanto não há problema, como é óbvio e não há nada aqui a esconder.

E também em relação ao Sr. Deputado Pedro Matias, quero dizer que a Herdade da Aroeira sempre foi considerada território do Município e eu já visito a Herdade da Aroeira há muitos anos, há muitíssimos anos, e desde a portaria num sítio à portaria do outro, desde a portaria com controlo até à portaria com outro controle, conheço bastante bem a Herdade da Aroeira. A de dentro até mais do que a de fora. Essa questão do conhecimento não se coloca.

E volto a dizer em relação aos diretamente interessados, que podem sempre contar connosco para a resolução do problema. Nós não estamos interessados em criar um novelo em torno do problema da Herdade da Aroeira, que os moradores conhecem muitíssimo bem, melhor do que eu e provavelmente melhor do que todos aqueles que aqui estão, e eles são os primeiros interessados em que aquilo tenha de facto uma solução sólida e com eles como eles próprios disseram com o seu envolvimento não só na solução de agora, da solução formal, mas também provavelmente na solução futura. Mas isso constrói-se e não é coisa que se resolva com um estalar dos dedos. É isso que vos peço e não cavalguemos em cima daquilo que às vezes não tem razão para se cavalgar. Porque não há razão para isso. É necessário é por os pés em terreno sólido, é isso que vos pedimos.”

**7 - Foi declarado aberto o Período de Antes da Ordem do Dia.**

**7.1 – Usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais Paulo Viegas (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Soares), Ricardo Louçã – Presidente da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Bárbara Petroníla), Carlos Revés (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Marcos Antunes), João Geraldês (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Gena Souza) e Luísa Ramos (apresentando Voto de Pesar pelo falecimento de Georgete Ferreira).**

**7.1.1 – O Sr. Deputado Municipal Paulo Viegas (PS):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Soares

Faleceu, no passado dia 7 de janeiro de 2017, o Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares.

É com profundo pesar que a Assembleia Municipal de Almada assinala o falecimento de Mário Soares.

A sua marca é demasiado grande para ser esquecida, pelo que o seu legado perdurará.

Um legado de coragem política, de patriotismo democrático e de abertura ao mundo.

Mário Soares abraçou desde cedo a política como vocação.

Enquanto jovem advogado destacou-se pela defesa de vários presos políticos.

As corajosas atividades de oposição à ditadura, valeram-lhe a prisão, a deportação e o exílio.

O lema de vida de Mário Soares foi sempre o mesmo: “só é vencido quem desiste de lutar”.

Em 1996, tinha sido tudo: Ministro, Primeiro-Ministro, Presidente da República. Já tinha o seu lugar na História.



Contudo, atento às tendências de cada momento histórico e curioso em relação às novas gerações, preferiu continuar a lutar e a pensar no futuro.

Lutou até ao fim, e com isso, deixa-nos um exemplo ímpar de Cidadania Política.

Se a Política era a vocação de Mário Soares, a Liberdade era a sua causa.

Mário Soares tinha a intuição dos grandes políticos e a visão dos grandes estadistas.

Antecipava os grandes movimentos do seu tempo e com isso contribuiu para que o País se posicionasse melhor perante os desafios grandes históricos.

Foi antifascista durante a ditadura, e anticolonialista quando a ditadura se dizia “orgulhosamente só”.

Desde o momento da sua chegada a Santa Apolónia, no “Comboio da Liberdade”, nunca perdeu de vista aquilo que era, para si, o essencial.

Procurou sempre liderar os acontecimentos, e o País inteiro acabou por apanhar o “Comboio da Liberdade”.

Foi Deputado à Assembleia Constituinte e foi Deputado à Assembleia da República lúgures que honrou.

Duas vezes Primeiro-Ministro, deixou as bases do Estado Social e a adesão à então Comunidade Económica Europeia.

Foi Presidente da República entre 1986 e 1996. Nessa qualidade prestigiou o Estado português e influenciou o entendimento que temos hoje do cargo presidencial.

O Portugal democrático, tolerante e solidário; o Portugal do mar, europeu e aberto ao mundo, é o País de Mário Soares.

Isso é reconhecido pelo País e pelos países amigos e aliados de Portugal, como temos testemunhado ao longo destes dias.

Mário Soares era um democrata português, e nesse sentido um cidadão aberto ao mundo.

Foi Secretário-Geral do PS e influente dirigente da Internacional Socialista, o que viria a concorrer, de forma relevante, para o sucesso da democratização portuguesa e da integração europeia de Portugal.

Na Presidência da República esteve atento aos movimentos sociais e aberto ao mundo das ideias e da cultura, com o qual teve sempre uma cumplicidade genuína.

Cometeu erros certamente, mas sempre entendeu a política democrática como uma atividade apaixonante, feita de vitórias, mas também de derrotas, assente em escolhas claras e convicções fortes.

Todos estiveram alguma vez ao lado dele e contra ele. Ao mesmo tempo, todos lhes reconheciam a lealdade institucional e o respeito para com a diferença.

Sendo laico, republicano e socialista, presidiu à Comissão de Liberdade Religiosa, porque sempre entendeu a tolerância como um valor maior.

O seu exemplo de tolerância ajudou o País a unir-se e a reconciliar-se consigo mesmo, depois das tensões próprias de uma ditadura longa e do período revolucionário que se lhe seguiu.

Se hoje Portugal se distingue na Europa e no Mundo pelo seu grau de coesão nacional, deve-o muito ao contributo liderante de Mário Soares.



O sentimento de perda é assim acompanhado por um sentimento de enorme gratidão.

O seu contributo para a construção da Democracia em Portugal, os relevantíssimos serviços prestados ao seu País, fazem dele uma figura de referência inesquecível para todas e todos os socialistas, em particular, e para os democratas em geral.

Neste momento de tanto pesar, a Assembleia Municipal de Almada presta justa homenagem ao democrata e apresenta as suas mais sentidas condolências ao Partido Socialista e à família de Mário Soares.”

**7.1.2 – O Sr. Deputado Municipal Ricardo Louça – Presidente da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Bárbara Petroníla

Faleceu no dia 11 de fevereiro a cidadã Bárbara Angélica Aveiro Petronila.

Natural de Vila Boim, Concelho de Elvas, onde nasceu a 6 de maio de 1932, cedo começou a trabalhar no campo, aos 12 anos, logo após a conclusão dos estudos primários.

Em 1959, com 27 anos de idade, fixou-se em Almada. Até 1966 trabalhou na indústria têxtil e na indústria de confeção de malas, ingressando nesse ano como trabalhadora auxiliar na Escola Primária, então assim designada, do Bairro da Nossa Senhora da Conceição, na Cova da Piedade. Passou depois pela Escola Primária nº 2 de Almada, mais conhecida como “Escola das Meninas”, hoje a Escola Básica do 1º Ciclo e Jardim-de-Infância Feliciano Oleiro. Fixou-se depois na Escola Secundária Romeu Correia, onde exerceu a sua profissão de auxiliar de ação educativa durante mais de 25 anos, até se reformar em 1995.

Após a Revolução de 25 de Abril de 1974 abraçou a luta por melhores condições de trabalho, aderindo ao Sindicato da Função Pública e tornando-se dirigente sindical. Da sua atividade sindical destaca-se entre muitas outras lutas, o seu envolvimento ativo na reivindicação, junto do Governo Provisório saído da Revolução de Abril, do fim do tratamento discricionário de que eram vítimas os trabalhadores das escolas em matéria de direitos e vencimentos.

Herança do regime fascista, os trabalhadores que prestavam serviço em escolas localizadas fora das sedes dos Concelho ganhavam menos e tinham menos direitos do que os trabalhadores que, exercendo precisamente as mesmas funções, prestavam serviço em escolas localizadas na sede do Concelho.

Até à reforma manteve a sua participação ativa em atividades sindicais, designadamente ao nível da União de Sindicatos de Setúbal da Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses, cuja direção integrou em representação do seu Sindicato.

Bárbara Petronila participou, ainda que de forma fugaz, no processo de construção do Poder Local Democrático, tendo integrado as listas de candidatos à Assembleia Municipal de Almada nas eleições realizadas em 1987. Até ao fim da sua vida, manteve a sua atividade política, no seu partido de sempre, o Partido Comunista Português, e associativa, na Alma Alentejana e na Gerações Sorriso.



Pelo seu empenho e dedicação na luta pelo reconhecimento dos direitos dos trabalhadores auxiliares das escolas públicas, foi distinguida em dezembro do ano passado com a Medalha Municipal de Prata de Bons Serviços.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida em sessão ordinária no dia 16 de fevereiro de 2017, recorda com saudade a munícipe Bárbara Petronila e a sua ação militante no progresso social, manifesta pesar pelo seu falecimento e apresenta à sua Família e em particular aos seus Netos as mais sentidas condolências e profunda solidariedade.”

#### **7.1.3 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Marcos Antunes

Após uma vida exemplar de empenho e dedicação às causas e valores da liberdade, da democracia, do progresso e justiça social, faleceu no passado dia 17 de janeiro, com 92 anos de idade, o Cidadão Marcos Manuel Rolo Antunes.

Marcos Antunes é credor indiscutível do reconhecimento de todos os democratas, pela sua dedicação aos ideais de progresso social e cultural do povo português, pela luta corajosa a favor da liberdade, pelas causas e valores humanistas e revolucionários que abraçou e se empenhou em toda a sua vida.

Marcos Antunes foi um lutador antifascista, um obreiro da Revolução de Abril, da conquista da Liberdade, da Democracia e seu Regime Constitucional e do Poder Local Democrático.

Pela sua ação cívica e política na oposição democrática e na luta contra a ditadura sofreu perseguições e represálias do regime fascista que amordaçou Portugal durante 48 anos e até ao 25 de Abril de 1974. Foi preso pela PIDE sete vezes, passando pelas cadeias fascistas do Aljube, de Caxias tanto no Reduto Norte como no Reduto Sul e do Porto. Esteve 7 anos encarcerado sofrendo a violência da polícia política e da ditadura dos governos de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano, apenas por lutar e defender a liberdade e a democracia. Saiu da sua última prisão no dia 27 de abril de 1974 graças à revolta dos Capitães e à Revolução de 25 de Abril de 1974.

Em 1973 pertenceu de forma ativa à Comissão Nacional Organizadora do 3º Congresso da Oposição Democrática que teve lugar na Cidade de Aveiro, entre os dias 4 a 8 de abril, sendo membro do seu Conselho Executivo.

Foi durante este Congresso, em que participaram cerca de três mil democratas que é decidido participar nas eleições para a Assembleia Nacional, embora sabendo e assumindo que o regime fascista não lhes consentiria uma vitória, mas aproveitando a campanha eleitoral para o desenvolvimento de uma reforçada campanha de esclarecimento pelas grandes causas de luta: a conquista das liberdades democráticas fundamentais, luta contra a repressão, pelo fim da Guerra Colonial, contra a exploração capitalista dos trabalhadores, e pela melhoria das condições de vida do povo.

É pelo seu empenho nessas causas e ideais que Marcos Antunes íntegra com outros democratas a lista do Movimento de Oposição Democrática pelo Distrito de Setúbal às eleições de outubro de 1973 para a



Assembleia Nacional embora seja rejeitada a sua candidatura por lhe ter sido decretada uma punição de perda de direitos políticos por 15 anos.

Mas Marcos Antunes foi também um protagonista de mérito conhecido e reconhecido do Movimento Associativo Popular.

Logo após a fundação do Clube Oriental de Lisboa, ocorrida a 8 de agosto de 1946, em resultado da fusão de três clubes existentes na área: o Chelas Futebol Clube, o Marvilense Futebol Clube e o Grupo Desportivo “Os Fósforos”, Marcos Antunes criou um grupo de ativistas com particular destaque para as mulheres que dinamizaram muito importantes iniciativas e ações de caráter cultural e social que deixaram sementes e marcas evolutivas que ainda no presente são lembradas com muito respeito e imenso carinho.

Também no nosso Concelho de Almada e também no Movimento Associativo Marcos Antunes deixou expressão do seu saber, do seu empenho, intervenção e dedicação ao próximo.

Na Cooperativa Piedense foi reconhecida a sua intervenção dando-lhe ordem e estabilidade económica e financeira através de uma gestão criteriosa e eficiente que fez escola entre os seus colaboradores mais diretos, bem como no seio dos dirigentes cooperativistas dessa época.

Destacou-se também no Clube Desportivo da Cova da Piedade tendo em consideração por exemplo que a sua ação na última metade dos anos 60 do século passado foi decisiva para a manutenção, importante na continuação das Escolas do Desportivo. Rodeado de um grupo de ex-alunos e amigos onde se incluía também a sua filha, também ela professora, Ana Maria Antunes, organizam a continuação daquele pólo interessante da Cultura Popular no Concelho de Almada, levando a cabo a subida e determinante tarefa e não menos resistente a até desafiadora para o Estado Fascista que tudo fez nessa altura para encerrar ou até extinguir aquele importante espaço e meio de ação emancipadora do Povo Trabalhador que nas Escolas do Desportivo se ia construindo.

Marcos Antunes foi sempre um ativo, empenhado e dedicado lutador pela liberdade e pela justiça e progresso social quer na Oposição Democrática, quer como ativista do Movimento Associativo Popular quer na construção do Portugal saído da Revolução Democrática e Popular de 25 de Abril de 1974.

No 25 de Abril de 1974, Marcos Antunes era um dos presos políticos encerrados na Prisão Fascista de Caxias, tendo sido liberto pelo Movimento das Forças Armadas e pela ação reivindicativa popular no dia 27 de abril.

Saído da prisão de imediato se integrou no processo revolucionário em curso, exercendo destacadas funções como membro da Comissão Nacional e da Comissão Executiva do Movimento Democrático Português (MDP/CDE).

Marcos Antunes é um dos 23 membros da Comissão Democrática Administrativa da Câmara Municipal de Almada que gere de forma superior o desenvolvimento do Concelho de Almada entre 16 de maio de 1974 e janeiro de 1977.



São estes cidadãos e cidadãs das Comissões Democráticas Administrativas os protagonistas principais do Poder Local Democrático e Revolucionário e os construtores do Poder Local Democrático e Constitucional.

Marcos Antunes empenha-se na ação autárquica integrando a Comissão A de Secretaria, Tesouraria e Polícia juntamente com o Presidente Fernando Proença e Maria Aurora Xavier, mas que também era responsável por outros setores como habitação. É também protagonista com Fernando Brito Mateus e Herculano Pires da constituição e ação de Comissão importantíssima pela missão de coordenação e acompanhamento direto das obras e outras intervenções da Câmara Municipal nas Freguesias sendo também responsável pela informação esclarecimento prévio e participação das populações nas referidas intervenções. Foi a experiência desta importante Comissão que determinou depois a constituição do GAPROL (Gabinete de Apoio aos Problemas Locais).

Marcos Antunes continuou sempre a dar o seu contributo para o Poder Local de Abril, sendo eleito Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Almada entre 1979 e 1993, exercendo as funções com reconhecido mérito que muito prestigiaram o órgão autárquico municipal.

Foi a partir de novembro de 1985 adjunto de Gabinete do Grupo Parlamentar do MDP/CDE na Assembleia da República.

Marcos Antunes manteve-se sempre participante na vida política e no desenvolvimento local, é exemplo e referência de Resistente Antifascista e de Construtor da Liberdade e da Democracia.

Em 2009 foi agraciado pela Câmara Municipal de Almada com a Medalha de Prata de Mérito e Dedicção à comunidade almadense.

Marcos Antunes também se filiou no Partido Comunista Português.

Marcos Antunes é referência de generosidade e amor ao próximo, de luta por causas e ideias humanistas e de cidadania, exemplo de combatividade e luta política assente em dimensão fraterna e solidária.

Nestes termos a Assembleia Municipal de Almada reunida em Plenário no dia 16 de fevereiro de 2017, delibera:

- 1) Manifestar profundo sentimento de pesar pelo falecimento do cidadão Marcos Rolo Antunes, exaltando as suas qualidades de democrata construtor de Liberdade e obreiro do Portugal de Abril e da Democracia.
- 2) Apresentar, neste momento de dor e luto, as mais sentidas condolências à sua filha Ana Maria Antunes, ao seu neto Bruno e demais família.”

#### **7.1.4 – O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Gena Souza

A Gena Souza faleceu inesperadamente no passado dia 19 de janeiro.

Maria Eugénia Delgado de Sousa, mais conhecida e reconhecida no meio do movimento associativo popular e cultural por Gena Souza, não resistiu a uma intervenção cirúrgica e deixou-nos aos 72 anos.



Gena Souza era dirigente da SCALA – Sociedade Cultural de Artes e Letras de Almada, sócia ativa da Associação de Cidadania de Cacilhas – Farol e participante permanente na Universidade Sénior de Almada – USALMA e na TKM – Universidade Sénior Dom Sancho I de Almada.

Gena Souza era uma fotógrafa temática de grande sensibilidade. Teve a sua iniciação e orientação na arte da fotografia do Mestre Figueirense A Tomás.

Participou em diversos workshops de fotografia. Participou em várias exposições individuais e coletivas destacando-se: IMARGEM, SCALA, Teatro Municipal-Madeira, Paratíssima–Lisboa, e no Concelho de Almada no Solar dos Zagallos, Galeria Municipal, Oficina da Cultura, Fórum Romeu Correia, Fragata D. Fernando II e Glória e no Clube do Sargento da Armada, na Delegação no Feijó, mas também na sede em Lisboa.

A última exposição que realizou, em novembro passado, teve lugar na sede da SCALA, na rua Conde Ferreira em Almada, sob a denominação “Descobrimo a Serra da Freita”, serra que se estende pelos Concelhos de Arouca, São Pedro do Sul e Vale de Cambra, em que nos apresenta, e cita-se: “Ao percorrer esta serra com encanto único em contato direto com a natureza onde a cada passo há algo que nos faz parar para contemplar, foi difícil fazer uma seleção de fotos a expor. Tentei que cada foto não mostrasse apenas o espaço físico, mas também a atmosfera envolvente. As pedras parideiras, as fragas donde se despenham cascatas, a comunhão dos animais com o dono, as vacas bucolicamente pastando, a religiosidade patente no seu púlpito e nas suas cruzeiras, são marcas que convidamos a apreciar”.

A Associação Farol pública por ocasião do falecimento um “retrato” simples mas muito real de Gena de Souza:

“De espírito altruísta e associativista, Gena de Souza era sócia de diversas coletividades almadenses, e atualmente pertencia à Direção da SCALA, exercendo o cargo de Tesoureira.

Multifacetada nos seus desempenhos, era uma fotógrafa apreciada pelos seus trabalhos de fotografia temática ocasional, participando em diversas exposições no âmbito de eventos e festividades.

Aluna sénior das universidades USALMA e Dom Sancho, numa das quais, fazia parte de um grupo de tocadores de cavaquinhos, que participava, amiúde, em diversas atuações comemorativas do associativismo local.

Era casada com o pintor Américo de Sousa, “D’Souza”, o grande companheiro da sua vida bem como o filho de ambos.

De uma simpatia espontânea, a todos distribuía um sorriso e se mostrava sempre prestável a colaborar e a ajudar.

Viveu a sua infância com seus pais em Cacilhas, na rua Elias Garcia.

Era sócia do Farol tendo colaborado ao longo dos tempos com diversas intervenções no seu boletim “O Pharol”.



Gena Souza foi também uma cidadã empenhada na vida local, no desenvolvimento e progresso da comunidade que sentia pertencer, era uma Mulher de Família, de Valores, de vivências, de vida vivida e assumida com contagiante alegria espelhada num sorriso permanente.

Nestes temos a Assembleia Municipal de Almada reunida em plenário no dia 16 de fevereiro de 2017:

- Manifesta profundo pesar pelo falecimento da cidadã almadense Maria Eugénia Delgado de Sousa – Gena Souza.
- Apresenta ao seu Companheiro de sempre o pintor Américo de Sousa “D’Souza”, ao seu Filho e demais família as mais sentidas condolências.”

**7.1.5 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Voto de Pesar pelo falecimento de Georgete Ferreira

No passado dia 4 de fevereiro faleceu, aos 91 anos de idade, Georgette Ferreira, militante e dirigente comunista que dedicou toda a sua vida à causa revolucionária do seu Partido, o Partido Comunista Português.

Natural de Alhandra, filha de operários agrícolas, começou a trabalhar nos campos das Lezírias do Ribatejo aos 8 anos de idade. Aos 16 anos iniciou o seu trabalho na Fábrica de Fiação de Vila Franca de Xira, tomando, então, consciência da exploração a que eram sujeitos os operários.

Adere ao PCP em 1943 e logo se dedica, com determinação e entusiasmo, à organização e à luta em defesa dos interesses dos trabalhadores. Nesse ano encabeça a organização duma greve vitoriosa de costureiras por aumento de salário.

Participou nas greves operárias de 8 e 9 de maio de 1944, tendo contribuído para a organização da solidariedade aos trabalhadores que foram presos e levados para a Praça de Touros de Vila Franca de Xira.

Em julho de 1945 passa à clandestinidade como funcionária do PCP:

Presa por duas vezes, em 1949 e 1954, teve sempre um comportamento digno frente à polícia política e carcereiros do regime fascista.

Na sua primeira prisão, encontra-se doente, é internada sob vigilância policial, no Hospital dos Capuchos, de onde se evade em 1951, retomando de imediato a atividade partidária na clandestinidade.

Após a sua libertação em 1959, vive alguns anos na Checoslováquia. Nesse período participa em reuniões internacionais da Federação Democrática Internacional das Mulheres e da Federação Sindical Mundial.

Regressa a Portugal e à clandestinidade em 1965, tendo desempenhado tarefas em vários distritos, - Lisboa, Porto, Castelo Branco e Setúbal, onde se encontrava aquando da Revolução do 25 de Abril de 1974.

Em Almada Georgette Ferreira teve particular e destacada responsabilidade e empenho na ação popular de apoio aos Militares revoltosos, nas iniciativas para a substituição dos órgãos autárquicos da



ditadura fascista e na constituição das Comissões Democráticas Administrativas da Câmara Municipal e Juntas de Freguesias.

Participou ativamente na construção e defesa das conquistas de Abril, como responsável de diversas organizações, sempre profundamente ligada às lutas dos trabalhadores.

Foi deputada à Assembleia Constituinte em 1975 e 1976 e deputada à Assembleia da República de 1976 a 1988.

Foi membro do Comité Central desde o início da década de 50 até 1988.

Georgette Ferreira é um exemplo de mulher corajosa, determinada, mas simultaneamente de uma enorme afetividade e generosidade na relação humana que estabelecia, de respeito e confiança, designadamente, com os mais jovens.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, manifesta o seu pesar pelo falecimento de Georgette Ferreira e apresenta as suas mais sentidas condolências à sua Família e ao Partido Comunista Português.”

- 7.2** - Verificado o quórum e não havendo mais pedidos de palavra passou-se à votação dos documentos.
- 7.2.1** – O Voto de Pesar pelo falecimento de Mário Soares, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Viegas, foi aprovado por unanimidade.
- 7.2.2** – O Voto de Pesar pelo falecimento de Bárbara Petroníla, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Ricardo Louçã – Presidente da Junta da União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, foi aprovado por unanimidade.
- 7.2.3** – O Voto de Pesar pelo falecimento de Marcos Antunes, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovado por unanimidade.
- 7.2.4** – O Voto de Pesar pelo falecimento de Gena Souza, apresentado pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovado por unanimidade.
- 7.2.5** – O Voto de Pesar pelo falecimento de Georgete Ferreira, apresentado pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos, foi aprovado por unanimidade.
- 7.2.6** - Seguiu-se um momento de silêncio de homenagem e em memória dos Cidadãos falecidos.
- 7.3** - Para tratar de assuntos de interesse do Concelho, apresentarem documentos para votação ou debaterem documentos apresentados, usaram da palavra os seguintes Senhores Deputados Municipais: Pedro Oliveira (apresentando Moção/Deliberação Pelo direito a isenção de pagamento de estacionamento neste município para pessoas detentoras de cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, emitido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes), Luís Palma – Presidente da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó (apresentando Moção/Saudação Pela promoção do Fórum Municipal do Desporto e Moção/Deliberação Pela construção da estação de comboio em Vale Flores), Ana Margarida Carvalho – Presidente da Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda (apresentando Moção/Saudação Aos 25 anos do Hospital Garcia de Orta), Carlos Revés (apresentando Moção/Saudação Certificação dos SMAS de Almada nos seus Sistemas de Gestão; Qualidade Ambiental, Segurança e Saúde no Trabalho, Responsabilidade Social e Gestão de



Ativos), João Geraldês (apresentando Moção/Deliberação Urgente concretização dos investimentos na Margueira no âmbito do Arco Ribeirinho Sul), José Gabriel (apresentando Moção/Deliberação Fórum Municipal da Cultura), Ana Luísa Carvalho (apresentando Moção/Deliberação Direito à habitação uma competência do Estado), João Geraldês (apresentando Moção/Deliberação Pela extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica), Nuno Gonçalves (apresentando Moção/Saudação Aos Trabalhadores em Funções Públicas) e António Pedro Maco (apresentando Recomendação de Criação do Comissariado Municipal contra o Desperdício Alimentar).

### **7.3.1 – O Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira: (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pelo direito a isenção de pagamento de estacionamento neste município para pessoas detentoras de cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, emitido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes

A taxaço do estacionamento é uma medida de gestão do espaço público que se justifica não só pela necessidade de gerir um espaço que é finito, mas também enquanto ferramenta de uma política de mobilidade e transportes que pretende alterar o peso relativo entre os diversos modos de transporte, nomeadamente entre o transporte coletivo e individual.

A taxaço do estacionamento é um incentivo à utilização do transporte coletivo, à diminuição do volume de tráfego de automóveis ligeiros nos perímetros urbanos ou para evitar a pressão em determinadas zonas de grande intensidade de tráfego. Por outro lado, esta taxaço gera receitas que deverão ser aplicadas na melhoria do sistema de transporte público, condição indispensável para a diminuição do transporte individual.

Esta política promove, no entanto, a discriminação das pessoas com deficiência que são obrigadas a utilizar o transporte próprio dada a inexistência de transportes coletivos acessíveis. Há que considerar ainda outra razão que leva as pessoas com deficiência a terem de utilizar o transporte próprio: a existência de um ambiente urbano repleto de barreiras arquitetónicas que as obriga a terem de estacionar o mais perto possível do seu destino de viagem para evitar ficarem bloqueadas por essas barreiras.

Enquanto existir esta profusão de barreiras e os transportes coletivos continuarem inacessíveis, não se justifica que as pessoas com deficiência paguem para poderem deslocar-se e que se mantenha este fator de discriminação. Em consonância, algumas Câmaras Municipais já implementam esta medida de isenção de pagamento de estacionamento, como seja o caso da Câmara Municipal de Lisboa.

Assim, visando minorar a discriminação a que as pessoas com deficiência se encontram sujeitas no seu quotidiano, propõe-se que fiquem isentos do pagamento da tarifa de estacionamento os veículos conduzidos por pessoas detentoras de cartão de estacionamento para pessoas com deficiência condicionadas na sua mobilidade, emitido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT).



Pelo exposto, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 16 de fevereiro de 2017, delibera:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Almada que desenvolva as ações necessárias para que sejam isentos do pagamento da tarifa de estacionamento os veículos de pessoas que possuem cartão de estacionamento para pessoas com deficiência condicionadas na sua mobilidade, emitido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT).”

**7.3.2** – O Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó:

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

**7.3.2.1** – Moção/Deliberação Pela promoção do Fórum Municipal do Desporto

A primeira sessão do Fórum Municipal do Desporto realizou-se no dia 4 de fevereiro, no Complexo Municipal dos Desportos “Cidade de Almada”, no Feijó.

Com a presença de cerca de uma centena de representantes de Clubes e Coletividades, Agrupamentos de Escolas e Juntas de Freguesia, a Câmara Municipal de Almada tomou a iniciativa de promover o Fórum Municipal do Desporto, no âmbito de uma proposta apresentada no II Congresso Almada, em 2016, com o objetivo de fomentar uma ampla e permanente participação dos clubes, associações e outros agentes desportivos, parceiros municipais de longa data, na política desportiva local e na promoção do Desporto para Todos.

A ideia subjacente é garantir o acesso universal ao desporto, diversificar a oferta desportiva e promover a educação física e o desporto como elementos essenciais de uma educação permanente, enquanto fator de inclusão, coesão e desenvolvimento social.

Este órgão consultivo de reflexão e cooperação entre os agentes desportivos do Concelho, visa incorporar a sua análise e experiência no desenvolvimento da política desportiva local, bem como potenciar o trabalho colaborativo e em rede, com a finalidade de elaborar os Planos de Promoção do Desporto para Todos e a construção da Carta Desportiva de Almada.

Tendo como missão contribuir para o desenvolvimento de linhas e orientação estratégicas, atividades e ações no domínio do desporto e que se incluam nas Grandes Opções do Plano do Município de Almada, estimula, simultaneamente, a promoção de projetos de parceria entre os diferentes agentes desportivos, assegurando uma ampla, regular e sistemática participação na política desportiva local, numa assunção coletiva de compromisso na garantia da acessibilidade ao Desporto.

O trabalho em rede potencia a educação pelo desporto e o seu papel na sociedade, permitindo o reforço da qualificação da oferta desportiva, o debate e posições conjuntas que valorizem a inclusão, coesão e desenvolvimento social e territorial com uma perspetiva alargada à escala nacional e internacional.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, delibera:

1. Saudar a Câmara Municipal de Almada pela criação do Fórum Municipal do Desporto com o envolvimento do Movimento Associativo neste órgão consultivo municipal como reforço das práticas



de cooperação com o Poder Local na promoção das linhas de orientação estratégicas para o desenvolvimento desportivo do Concelho;

2. Valorizar o trabalho da estrutura técnica da área desportiva da Câmara Municipal de Almada, no sentido de construir a Carta Desportiva e elaborar os Planos de Promoção do Desporto para Todos.”

#### **7.3.2.2 – Moção/Deliberação Pela construção da estação de comboio em Vale Flores**

A importância da construção da estação de comboio em Vale Flores, equipamento com terrenos já disponibilizados para o efeito, assume-se imprescindível para melhorar a mobilidade das populações através da utilização dos transportes públicos conduzindo progressivamente para a diminuição do transporte individual.

Desta forma a construção desta estação conduzirá a uma melhor captação de utentes para o comboio sem a necessidade da atual deslocação para as estações do Pragal e de Corroios.

Considerando que, durante décadas a população, a Câmara Municipal, as Juntas de Freguesia e a Comissão de Utentes reivindicaram a estação junto de vários Governos e Grupos Parlamentares na Assembleia da República.

Considerando, ainda, que o Poder Local Democrático continua a incluir esta justa reivindicação das populações e utentes nas prioridades para o desenvolvimento local e regional, o Poder Central não dá sinais de querer resolver a situação, entendemos que deve ser retomada esta antiga exigência dos utentes e populações como forma decisiva de estimular a utilização dos transportes públicos com todas as vantagens inerentes à defesa do ambiente e da mobilidade sustentável. Sem ignorar a indispensável e inadiável integração da Fertagus no sistema do passe social intermodal sem custos adicionais para os utentes.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, delibera solicitar ao Governo a consideração da construção da Estação em Vale Flores, conforme anseio das populações.”

#### **7.3.3 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho – Presidente da Junta da União das Freguesias da Charneca de Caparica e Sobreira:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Aos 25 anos do Hospital Garcia de Orta)

No passado mês de dezembro o Hospital Garcia de Orta (HGO) celebrou 25 anos de atividade. Fruto de insistente reivindicação das populações do Concelho de Almada e das suas Autarquias, o HGO iniciou a sua atividade em 1991, em substituição do antigo Hospital de Almada.

Tendo sido criado para atender 150 mil habitantes, o HGO constituiu-se na altura, como hoje continua a ser, uma das mais importantes unidades hospitalares do país, cobrindo em algumas especialidades necessidades de toda a margem sul do Tejo até ao Algarve.

Apesar de estar dotado com 545 camas e possuir cerca de 2500 trabalhadores, o alargamento do HGO tornou-se urgente para atender às populações da área de referência, onde se incluem atualmente os cerca de 350 mil habitantes dos concelhos de Almada e Seixal.



Grande unidade hospitalar de referência, o HGO integra, desde 2007, o Centro de Desenvolvimento da Criança, o único existente na zona sul do país, destinado a tratar crianças e jovens com patologias neurológicas e do desenvolvimento.

Constituída no final de 2015, a Unidade de Hospitalização Domiciliária (UHD) de doentes agudos, pioneira em Portugal, venceu em novembro de 2016 o 1º Prémio de Boas Práticas em Saúde, organizado pela Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Hospitalar, a Direção-Geral da Saúde, a Administração Central do Sistema da Saúde e as Administrações Regionais de Saúde. A primeira UHD nacional revela-se como um modelo assistencial alternativo ao internamento hospitalar convencional.

As equipas de medicina interna do HGO foram também distinguidas, no passado mês de outubro, com Prémio Mérito em Administração Hospitalar Margarida Bentes, com um trabalho que visa a otimização da Gestão do Internamento no Serviço de Medicina Interna, diminuindo o tempo médio de internamento em cerca de quatro dias.

Desde 2011, os serviços do hospital são acreditados pelo Caspe Healthcare Knowledge Systems (CHKS), um dos organismos internacionais de maior prestígio na área da Qualidade em Saúde, ao abrigo do Programa de Acreditação Internacional para Organizações de Saúde do CHKS.

Estas novas valências juntam-se à construção do Hospital do Seixal, que deverá estar concluída dentro de quatro anos.

Na sessão solene estiveram presentes os presidentes das Câmaras Municipais de Almada e Seixal, Joaquim Judas e Joaquim Santos, respetivamente, que assinaram protocolos de parceria com a administração do HGO, que vão permitir uma cooperação técnica, científica e cultural.

Sendo positivos estes reconhecimentos pelo trabalho desenvolvido por diferentes equipas médicas no Hospital Garcia de Orta, não podemos, contudo, deixar de insistir na necessidade de melhorar todos os serviços de prestação de cuidados de saúde que os utentes do HGO necessitam.

Neste quadro, justifica igualmente uma referência positiva a recente decisão tomada pela Câmara Municipal de Almada de aderir à Rede de Cidades Saudáveis, um fórum onde as questões da promoção da saúde e dos cuidados básicos a prestar às populações neste domínio encontram espaço privilegiado de reflexão, debate e construção de soluções que contribuem para a melhoria dos sistemas de prevenção e assistência na saúde em benefício das populações.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, delibera:

- Saudar todos os profissionais que trabalham diariamente para que o HGO esteja entre os cinco hospitais melhor classificados no país, sendo o hospital com melhor classificação em toda a região de Lisboa e Sul do País.
- Saudar a notícia de alargamento do Hospital Garcia de Orta numa ampliação que prevê a criação de um espaço para 100 camas, no edifício central e o alargamento do espaço disponível para ambulatório.



- Saudar a construção do Hospital do Seixal.
- Continuar a reivindicar o aumento da capacidade do atendimento nos serviços de urgência.
- Continuar a reivindicar mais e melhor Serviço Nacional de Saúde para todos.”

**7.3.4 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Revés (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação à Certificação dos SMAS de Almada nos seus Sistemas de Gestão; Qualidade, Ambiental, Segurança e Saúde no Trabalho, Responsabilidade Social e Gestão de Ativos

Reconhecer a Água como como Direito Humano Fundamental e Serviço Público Essencial acarreta, em si, o reconhecimento da necessidade imperiosa da sua correta, responsável e sustentável gestão e utilização.

Tem sido esta a forma com que os SMAS de Almada, ao longo da sua história de mais de 6 décadas, tem encarado, quotidianamente, as suas responsabilidades na gestão do ciclo urbano da Água.

E foi inserida nesta visão de responsabilidade na gestão deste Bem Fundamental à Vida Humana que, no passado mês de dezembro de 2016, os SMAS foram certificados pela Associação Portuguesa de Certificação (APCER) em 5 sistemas simultaneamente:

1. Gestão (ISO 9001:2015);
2. Ambiental (ISO 14001:2015);
3. Segurança e Saúde no Trabalho (OHSAS 18001:2007/NP4397);
4. Responsabilidade Social (NP 4469-1:2008), e
5. Gestão de Ativos (ISO 55001:2014).

Esta certificação, que traduz o reconhecimento do bom trabalho efetuado ao longo dos tempos pelos SMAS, é, porém, o resultado de um elevado esforço organizacional que merece ser destacado por variadíssimas razões, entre as quais destacamos:

- A certificação foi precedida de diversas auditorias externas e internas ao sistema de gestão integrada, tendo neste processo sido envolvidos todos os trabalhadores dos SMAS de Almada, em sessões de trabalho e levantamentos setoriais, ao longo dos últimos anos;
- A certificação simultânea em 5 sistemas – em que os SMAS foram a primeira entidade do setor das águas a receber - traduz uma opção interna de abordar a organização como um todo, interdependente e inter-relacionada. Poder-se-ia ter adotado uma abordagem de certificação sequencial (o mais frequente), obtendo-se a certificação num dos sistemas, partindo então para outro sistema e assim por diante. No entanto, perder-se-ia, até certo ponto, as vantagens e os benefícios que um pensamento global sobre os sistemas pode trazer para o futuro da organização;
- Outra opção interna na abordagem que foi feita centrou-se no reconhecimento que a obtenção destas certificações, ao invés de ser um ponto de chegada, é-o sim um ponto de partida para um contínuo e necessário trabalho futuro de monitorização e aperfeiçoamento organizacional que elas exigem. Tendo isto em consideração, tornou-se imprescindível garantir a manutenção no seio da



organização de todo o *know-how* decorrente do processo de preparação para as certificações. Assim foi criada uma equipa multidisciplinar interna (em detrimento da atribuição destes serviços a entidades externas), totalmente constituída por trabalhadores dos SMAS, que tiveram como tarefa a preparação das certificações e que, após a sua obtenção, continuarão o seu trabalho com vista à sua manutenção.

De referir, ainda, que estas certificações poderiam ter sido 6 e não apenas 5. De facto, o Plano de Segurança da Água, de que os SMAS de Almada foram das primeiras entidades a ter aprovação e gestão do sistema, foi auditado e só não obteve certificação por a mesma não ter norma aplicável, dada a sua abordagem ser recente em Portugal, o que confirma a inovação e pioneirismo de todo este projeto.

Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária a 16 de fevereiro de 2017, delibera:

1. Saudar os SMAS de Almada pela obtenção das 5 certificações nos sistemas Gestão da Qualidade, Ambiental, Segurança e Saúde no Trabalho, Responsabilidade Social e Gestão de Ativos, atribuídas pela Associação Portuguesa de Certificação no passado mês de dezembro de 2016;
2. Saudar as opções dos SMAS de Almada que possibilitaram ser a primeira entidade no setor das águas a obter estas certificações de forma simultânea, abordando a organização de forma global, e que permitiram a garantia da obtenção do conhecimento necessário à certificação e sua manutenção no seio da organização;
3. Saudar todos os trabalhadores dos SMAS de Almada, sejam os que constituíram a equipa multidisciplinar, sejam todos os outros que, direta ou indiretamente, contribuíram para esta notável realização.”

**7.3.5 – O Sr. Deputado Municipal João Galdes (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Urgente concretização dos investimentos na Margueira no âmbito do Arco Ribeirinho Sul

No último dia do ano 2000 os portões dos estaleiros navais da Lisnave na Margueira, Almada, encerravam definitivamente para a atividade industrial que a empresa desenvolvia desde 1967 naquela área do nosso Concelho.

Ao primeiro minuto do novo milénio, consequência direta daquela realidade, um novo olhar sobre os 115 hectares de terreno nos quais assentou a atividade industrial assim desativada passou a impor-se a todos nós.

Sobre o processo então desencadeado importa um pouco de história, capaz de nos situar nos seus pontos essenciais.

Antes ainda do encerramento formal dos portões da Lisnave, conhecedora da irreversibilidade da decisão, a Câmara Municipal de Almada deliberou o início de um processo de reconversão urbanística para aqueles terrenos, lançando um concurso público internacional para estudo de caracterização



ambiental, geológica e geotécnica dos terrenos e elaboração de projeto de Plano de Urbanização para a área. Estávamos então a 3 de novembro de 2000.

Cerca de dois anos passados, em 9 de outubro de 2012, concluindo aquele concurso público internacional, a Câmara Municipal de Almada delibera adjudicar a elaboração do Plano de Urbanização ao Consórcio WS ATKINS, Santa Rita Arquitetos e Richard Rogers Partnership, e outros dois anos passados delibera, a 21 de julho de 2004, o início formal dos trabalhos de realização do Plano de Urbanização.

A equipa projetista desenvolveu todo o trabalho de elaboração do Plano de Urbanização. Após concluídos e verificados todos os procedimentos e passos administrativos impostos a este tipo de processos, a Câmara Municipal aprovou em 9 de setembro de 2009 o documento final do Plano, e a Assembleia Municipal de Almada deliberou, a 18 de setembro do mesmo ano, aprovar também o Plano de Urbanização Almada Nascente – Cidade da Água (PUAN), conforme consta daquela deliberação “nos precisos termos da deliberação da Câmara Municipal de 9 de setembro”.

Em 21 de Setembro de 2009 o Edital daquela deliberação é publicado em Diário da República, o Plano de Urbanização de Almada Nascente – Cidade da Água entra em vigor e torna-se plenamente eficaz.

Outro momento que importa reter no curso deste processo é o momento da primeira apresentação pública das propostas que se pretendia ver vertidas para o conteúdo do Plano de Urbanização de Almada Nascente, realizada em 12 de maio de 2005, quando a equipa projetista possuía já um esboço claro e concreto das soluções a propor neste quadro.

Recuperamos o título do jornal Público de 14 de maio de 2005 sobre esta matéria: “O futuro de Almada chama-se Cidade da Água e já tem data: 2025”.

O conteúdo desta peça jornalística informava que o novo empreendimento da Margueira aposta na integração de espaços e no combate ao uso do automóvel, prevê dez mil habitantes, quinze mil postos de trabalho e muitos milhões de euros em investimentos ainda por quantificar. Considera aquele trabalho que os números são ambiciosos, mas são números que refletem a escala igualmente ambiciosa que se pretende para este empreendimento na Margueira.

Chegados a 2017, a verdade é que pouco ou nada ainda se modificou no panorama dos antigos estaleiros da Lisnave.

Não obstante a área da Margueira possuir um instrumento de gestão do território em vigor e plenamente eficaz desde o último trimestre de 2009, a verdade é que, por responsabilidade dos diferentes Governos da República, não ocorreram até hoje algumas decisões determinantes para que possam ser lançados os procedimentos concretos relativos a programas que viabilizem os necessários investimentos para a reconversão e reabilitação daquela área privilegiada de 115 hectares do nosso território.

Múltiplas razões têm sido sucessivamente apontadas como justificação para a estagnação do processo e para a não concretização de projetos enquadrados pelo Plano de Urbanização.

Integrado num quadro mais amplo com outras antigas áreas industriais desativadas no Seixal (antiga Siderurgia Nacional) e no Barreiro (antigas instalações da Quimiparque), naquele que conhecemos



como Arco Ribeirinho Sul, hoje também conhecido para promoção internacional como “Lisbon South Bay”, gerido pela empresa pública Baía do Tejo, o território da Margueira é o único daqueles três espaços que possui já um instrumento de gestão do território em vigor, por isso em condições mais favoráveis e mais avançadas para uma execução de intervenções concretas.

Entendemos, por isso, que é urgente a concretização do projeto global de requalificação daqueles antigos territórios industriais, sublinhando em particular que se encontram reunidas condições objetivas para que o processo seja desencadeado de imediato na área da Margueira.

Trata-se de uma questão essencial no quadro do desenvolvimento local, regional e nacional.

A concretização do projeto do Arco Ribeirinho Sul terá um impacto determinante na vida das populações de Almada, Seixal e Barreiro, mas potenciando o desenvolvimento nesta área contribuirá igualmente para o desenvolvimento regional da Área Metropolitana de Lisboa e do País.

Este investimento constituirá igualmente um contributo de grande importância e significado para o reforço da coesão social e territorial, traduzir-se-á na criação de milhares de postos de trabalho qualificados, e permitirá a requalificação e diversificação de usos naqueles territórios hoje desqualificados e em processo de acentuada degradação.

Saudamos e reconhecemos, por isso, a validade e importância do esforço de divulgação e internacional das oportunidades que se encontram abertas para investimento nesta área do nosso território, que a Baía do Tejo vem desenvolvendo em torno da “marca” Lisbon South Bay.

No entanto, a verdade é que o projeto tarda em avançar e concretizar-se. Não tem bastado, não tem sido suficiente, este esforço de divulgação desenvolvido pela Baía do Tejo e pelas Autarquias Locais de Almada, Seixal e Barreiro, o qual conhecerá em março próximo um novo episódio através da presença do projeto na MIPIM, uma das maiores feiras internacionais de promoção imobiliária, que decorrerá em Cannes, França.

O retorno deste importante esforço de divulgação a nível internacional do projeto permite-nos concluir que existem hoje investidores interessados na reabilitação e revitalização da área da Margueira.

A expressão desse interesse vem esbarrando, contudo, na questão da indefinição da titularidade dos terrenos do território da Margueira, situação que se arrasta não obstante diversas promessas de solução do problema assumidas por diferentes membros do Governo da República.

Há poucos dias, o próprio presidente da Câmara Municipal de Almada, em declarações públicas prestadas aos órgãos de comunicação social, sublinhava a necessidade “*urgente em resolver a titularidade do território da Margueira, referindo que existem interessados no plano Almada Nascente*”, e acrescentando que “*é urgente resolver o assunto da titularidade do território da Margueira. Podemos promover um território quando é nosso, quando não é torna tudo muito complicado*”.

O Presidente da Câmara Municipal de Almada afirmou ainda que “*o Plano Almada Nascente é reconhecido e existem interessados chineses, ingleses, franceses e norte-americanos. Temos interessados e é um território que não tem grandes problemas ao nível da contaminação dos solos*”.



Sabemos igualmente que esta questão foi formalmente equacionada junto do próprio primeiro-ministro de Portugal e de diversos ministros, que foram dados passos no sentido da solução do problema mas que o processo continua por concluir, e que se trata de uma questão que tem necessariamente que ser “acertada” entre a Agência Portuguesa do Ambiente, a Administração do Porto de Lisboa, a Parpública e o Governo da República, que “*são todas entidades da administração central e terá que ser o governo a resolver*”, nas palavras do Presidente da Câmara Municipal de Almada.

Importa ainda sublinhar que o secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins, afirmou em setembro de 2016 que tinha o objetivo de resolver os problemas administrativos que envolvem o território da Margueira, em Almada, confirmando que “*existe um plano ambicioso para resolver problemas de natureza administrativa, nomeadamente no município de Almada, onde existem pareceres que têm que ser dados a propósito do plano para o território. Vamos tentar ser um fator de aceleração para que se possam materializar os ambiciosos projetos*”, acrescentando que “*existe a questão da delimitação do domínio hídrico e outras questões que não tiveram resolução no passado, mas que para que o plano se concretize é preciso uma resolução*”.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017, delibera:

1. Reiterar integralmente o conteúdo da deliberação de 18 de setembro de 2009 através da qual aprovou o Plano de Urbanização de Almada Nascente – Cidade da Água.
2. Reafirmar o interesse municipal, regional e nacional na concretização integral do Plano de Urbanização de Almada Nascente, fator de primordial importância e significado para a promoção do desenvolvimento e da coesão económica e social das populações abrangidas, dos territórios envolvidos, do quadro regional da Área Metropolitana de Lisboa onde se situam, e do todo nacional.
3. Saudar o importante esforço de divulgação e promoção da oferta territorial disponível no quadro deste Plano de Urbanização em circuitos internacionais de investidores, procurando cativar e captar investimentos para a concretização dos projetos de reabilitação e revitalização desta área do território de Almada.
4. Instar o Governo da República a concretizar, no mais curto espaço de tempo possível, a definição e clarificação sobre a titularidade dos terrenos incluídos na área do território da Margueira, de modo a garantir a eficácia das negociações com os potenciais investidores interessados, e nos termos dos compromissos nesta matéria anteriormente assumidos por diferentes membros do Governo.”

**7.3.6 – O Sr. Deputado Municipal Joaquim Gabriel (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Fórum Municipal da Cultura

No dia 20 de janeiro de 2017, no Teatro Municipal Joaquim Benite, reuniu-se pela primeira vez o Fórum Municipal da Cultura de Almada, no qual participaram perto de duas centenas de representantes de mais de seis dezenas de entidades culturais – estruturas de criação e produção em diferentes domínios culturais, escolas do ensino público e cooperativo, universidades seniores, associações culturais, de



artistas plásticos, de intervenção cívica, grupos etnográficos, coros, tunas académicas, criadores, produtores, artistas e investigadores.

A dinâmica cultural de Almada tem raízes profundas na longa e rica tradição associativa da região, florescente durante a primeira República, resistente ao longo da ditadura e vibrante na Revolução de Abril. Mais do que uma relação de proximidade, reciprocidade e parceria, revelam-se ténues as fronteiras entre o movimento cultural, associativo e autárquico. É sobretudo no trabalho conjunto entre criadores, grupos, associações e autarquias que reside muito do êxito do concelho não apenas ao nível cultural, mas também social e cívico.

Almada é hoje, reconhecidamente, uma referência cultural à escala nacional e internacional. São diversas, múltiplas e significativas as realizações nos vários domínios artísticos e culturais que têm lugar no concelho, assegurando uma ampla criação e fruição das artes performativas e plásticas, um extenso debate e intervenção em torno da salvaguarda e valorização do património material e imaterial, uma democrática construção da memória coletiva, uma intensa vivência e apropriação das tradições locais, uma efetiva promoção do livro e da leitura.

Estas realizações têm contribuído para a formação de públicos exigentes, críticos e reflexivos, mas sobretudo para a produção e reprodução de uma comunidade artística e cultural que se distingue pela sua extensão, maturidade, criatividade e inovação. As práticas culturais em Almada destacam-se pela sua diversificação, ecletismo, multi e transdisciplinaridade, mas sobretudo pela participação, interação e cooperação de múltiplos atores. Estes criadores, investigadores e pensadores, através de uma intensa intervenção no seio da comunidade educativa, que integram, estimulam, desde a infância e ao longo de toda a vida, o gosto pela arte e a cultura e promovem o espírito crítico e a formação integral, garantindo que a experiência da criação e intervenção cultural seja generalizada e intrínseca à vida comunitária.

O lema do Fórum Municipal da Cultura de Almada, “Pensar, Criar e Desenvolver em Conjunto”, traduz os objetivos estratégicos propostos pela autarquia aos agentes culturais: assegurar uma ampla, perene e consequente participação dos agentes culturais no desenvolvimento da política cultural local; envolver e comprometer os agentes culturais na promoção da democracia cultural, assegurando o acesso universal à criação e fruição cultural, o reconhecimento da função social da cultura e de todas as formas de expressão e criação cultural; promover o trabalho colaborativo em rede, diversificando, estruturando e qualificando as parcerias entre a autarquia e os agentes culturais; potenciar o debate e difusão de posições conjuntas sobre o papel da cultura na sociedade almadense e nas suas interdependências com a nacional e internacional.

Conceber um instrumento de diagnóstico, planeamento e monitorização da estratégia municipal de promoção e desenvolvimento das artes e da cultura – a Carta Cultural de Almada –, com uma ampla, perene e consequente participação dos agentes culturais do concelho integra o Plano de Atividades para 2017. Esta intenção vai ao encontro dos princípios plasmados na Agenda 21 da Cultura (2004) ou na Carta das Cidades Educadoras (2004), movimentos e redes nas quais o município desempenha um destacado papel.



Os princípios e estratégias pugnados pelos movimentos supracitados, comumente inspirados na Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948 e no Pacto Internacional dos Direitos Económicos, Sociais e Culturais de 1966, emergem como um referencial consistente, coerente e convergente com as linhas de orientação municipal, esclarecendo e definindo o papel específico da cidade nestas áreas de intervenção.

Sustentando-se num alargado consenso global em torno da relação de reciprocidade entre a promoção da cultura e a construção da cidade democrática e inclusiva, esta proposta assume como prioridade municipal a implementação de instrumentos que garantam a construção participada de um projeto cultural e formativo eficaz e co existencial que assegure uma existência intelectual, afetiva e moral satisfatória.

Estes consensos encontram expressão local, conforme se verifica no amplo debate promovido nas duas edições do Congresso Almada em torno da relação entre cultura, desenvolvimento individual, social e territorial. Em ambos os fóruns foram valorizados os recursos humanos, organizacionais e físicos existentes no concelho para promover oportunidades de fruição e criação cultural, mas também para potenciar a formação integral do indivíduo, a produção de conhecimento, a inclusão e coesão social.

É por tudo o exposto, que os eleitos na Assembleia Municipal de Almada reunidos a 16 e 17 de fevereiro de 2017, delibera:

1. Saudar e apoiar vivamente a iniciativa da Câmara Municipal de Almada de promover a criação do Fórum Municipal da Cultura de Almada, junto dos agentes culturais almadenses.
2. Sublinhar a importância de uma decisão final favorável à proposta apresentada pela Câmara Municipal de Almada, por parte dos representantes de mais de seis dezenas de entidades culturais, tendo em consideração que essa decisão potenciará a participação dos agentes culturais no desenvolvimento da política cultural local; envolverá e comprometerá os agentes culturais na promoção da democracia cultural, assegurando o acesso universal à criação e fruição cultural, o reconhecimento da função social da cultura e de todas as formas de expressão e criação cultural; promoverá o trabalho colaborativo em rede, diversificando, estruturando e qualificando as parcerias entre a autarquia e os agentes culturais; potenciará o debate e difusão de posições conjuntas sobre o papel da cultura na sociedade almadense e nas suas interdependências com a nacional e internacional.”

**7.3.7 – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Luísa Carvalho (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação sobre Direito à habitação uma competência do Estado

A habitação é um direito fundamental dos cidadãos consagrado no nº 1 do artigo 65º na Constituição da República Portuguesa, artigo que determina igualmente nos seguintes, as incumbências do Estado para assegurar esse direito fundamental.



O não cumprimento pelos diversos governos do comando constitucional que comete ao Estado esta obrigação, determinou a entrega deste sector aos interesses do grande capital, particularmente do financeiro.

A reiterada ausência de vontade política em determinar e prosseguir uma correta política de solos, associada à falta de apoio e estímulo ao Movimento Cooperativo para construção e gestão de fogos habitacionais, conduziram à especulação imobiliária que limita profundamente o direito constitucional à habitação.

No mercado de arrendamento verifica-se a prática de elevados preços médios impedindo o seu crescimento, apesar do elevadíssimo número de fogos devolutos que sabemos existir.

A política de reabilitação urbana deve ser encarada e dirigida, prioritariamente, para satisfazer as necessidades e satisfação dos residentes habituais e menos para o turismo.

A ausência duma verdadeira política pública de habitação está a criar um novo e perigoso ciclo de promoção especulativa da compra de habitação.

Esta realidade é, particularmente, sentida pelas famílias com dificuldades financeiras resultante dos baixos salários, pensões e reformas e precariedade laboral.

É urgente que o Governo assuma o seu papel e as suas responsabilidades, intervindo com eficácia para assegurar o direito constitucional e universal à habitação, não se remetendo a uma visão limitada de construção de “habitação social”, mesmo essa de forma mitigada. A esta realidade importa acrescentar, ainda, a degradação e abandono a que se encontra votada da generalidade dos chamados Bairros Sociais por parte dos organismos de Estado, designadamente pelo Instituto da Habitação Social e da Reabilitação Urbana, IHRU.

É neste contexto que os Municípios têm vindo, muito para além das suas competências e responsabilidades próprias, a desenvolver processos de atribuição de habitação digna a numerosas famílias.

Ao longo do atual mandato o Município de Almada atribuiu já 234 fogos de habitação, sendo 55 em 2013, 64 em 2014, 18 em 2015 e 97 em 2016, esforço ao qual acresce o apoio financeiro de cerca de 380 mil euros, nos dois anos de vigência do programa municipal de emergência social, maioritariamente destinados a suprir extremas dificuldades de habitação das mais de 1200 famílias que se viram obrigadas a recorrer a este apoio municipal.

Para além disto o Município de Almada tem, de forma regular e continuada, desenvolvido melhoramentos nos Bairros de Habitação Social da sua responsabilidade.

A Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017 delibera:

- a) Saudar o Município de Almada no apoio às populações do Concelho na concretização do seu direito à habitação, bem como a necessidade de continuar a assumir as ações de reparação regular e de conservação do parque habitacional municipal.



- b) Reclamar do Governo a definição e adoção de políticas efetivas no domínio da habitação, conducentes ao cumprimento do direito à habitação, conforme o estabelecido no artigo 65º da Constituição da República Portuguesa.
- c) Exigir ao Governo que de acordo com os compromissos assumidos no âmbito do Programa Especial de Realojamentos, PER, desenvolva as ações que permitam promover os realojamentos ainda não concretizados.”

**7.3.8 – O Sr. Deputado Municipal João Geraldês (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Deliberação Pela extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica

A extensão da rede do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica encontra-se consagrada e assumida no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Costa da Caparica, integrando designadamente os “investimentos complementares” à intervenção global no território da Costa da Caparica prevista naquele Plano Estratégico.

O prolongamento da rede do MST até à Costa da Caparica, num traçado que passa pela Trafaria, a criação de um novo interface de transportes públicos naquela Cidade do Concelho de Almada e a articulação deste meio de transporte com o comboio de praia – Transpraia, é uma condição essencial para a promoção da mobilidade sustentável e amiga das pessoas no Concelho de Almada, devendo constituir por isso um objetivo central das preocupações de desenvolvimento articulado e integrado de carácter regional e da Área Metropolitana de Lisboa, que a todos nos devem mobilizar.

Assim como deve suscitar a exigência para os procedimentos necessários à concretização da 2ª e 3ª fases do MST, previstas no contrato de concessão celebrado entre o Estado e a concessionária nos termos constantes no Decreto-Lei nº 167-A/2002, de 22 de Julho (define as bases da concessão), designadamente entre Corroios e o Fogueteiro (2ª fase) e entre o Fogueteiro e o Seixal e o Seixal e o Barreiro (3ª fase), investimentos a que se associará a conceção de um sistema de transporte de grande capacidade e em via própria para a Charneca de Caparica, devidamente articulado com o sistema do MST, cujos estudos preliminares são do nosso conhecimento a Câmara Municipal de Almada já lançou.

A mobilidade dos cidadãos assume, nas sociedades modernas, um papel central na promoção da qualidade de vida, do bem-estar e do desenvolvimento económico e social. A adoção de medidas que conduzam à introdução de sistemas de mobilidade fiáveis, ecologicamente sustentáveis e capazes de oferecer uma disponibilidade alargada aos cidadãos, afirma-se inequivocamente como fator essencial e catalisador de coesão territorial e social e do desenvolvimento económico.

O Metro Sul do Tejo é um projeto que encerra em si próprio as condições necessárias para se assumir como instrumento central de uma política de mobilidade sustentável, capaz de contribuir para a inversão de uma tendência particularmente sentida nas últimas décadas nas grandes urbes, em particular nas áreas metropolitanas – e Almada não é exceção –, para o recurso a meios de deslocação e mobilidade de características individuais, muito mais agressivas para o ambiente em geral e para a qualidade de vida dos cidadãos, individualmente e coletivamente considerados.



Nestes termos, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária em 16 e 17 de fevereiro de 2017, delibera:

1. Reafirmar a necessidade de prolongar a atual rede do Metro Sul do Tejo desde o Campus da Universidade Nova de Lisboa (Monte de Caparica) até à Costa da Caparica, num traçado que passa pela Vila da Trafaria, em canal próprio já definido nos instrumentos de gestão do território em vigor, e conforme o Plano de Desenvolvimento Estratégico da Costa da Caparica expressamente prevê.
2. Reiterar a necessidade de criação de um novo interface multimodal de transportes públicos na Cidade da Costa da Caparica, que permita o interface e rebatimento entre os diferentes modos de transporte público que servem aquela cidade do Concelho de Almada, incluindo a sua articulação com o Transpraia.
3. Sublinhar a importância que assume para as populações dos Concelhos de Almada, Seixal e Barreiro a construção da 2ª e 3ª fases da rede do Metro Sul do Tejo conforme previstas nas bases da concessão celebrada entre o Estado e a concessionária, exigindo ao Governo a adoção das medidas indispensáveis à concretização dos troços da rede ainda em falta.
4. Reiterar igualmente que a introdução de meios que promovam e potenciem a deslocação e a mobilidade sustentáveis dos cidadãos em geral constitui um fator de inegável importância e significado para a consolidação da coesão territorial e social, saudando a iniciativa municipal já lançada de proceder ao estudo da viabilidade técnica para a introdução de um sistema de transporte de grande capacidade e em via própria para a Charneca de Caparica, devidamente articulado com a rede do MST e com os restantes modos de transporte público que servem o Concelho de Almada.”

**7.3.9 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves (CDU):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Moção/Saudação Aos Trabalhadores em Funções Públicas

A manutenção dos problemas que afetam os trabalhadores em funções públicas no Serviço Nacional de Saúde e dos trabalhadores não docentes dos Estabelecimentos de Educação e Ensino da Rede Pública, está na origem das lutas realizadas nos passados dias 20 de janeiro e 3 de fevereiro de 2017 respetivamente.

Estas lutas, que assumiram a forma de greve, foram convocadas pela Federação Nacional dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais e tiveram adesões muito significativas.

Os Trabalhadores do sector da Saúde reclamam justamente do Governo a resolução através da negociação da contratação coletiva, matérias fundamentais, como por exemplo, as carreiras de Técnico Auxiliar de Saúde, da revisão da Carreira de Técnico de Diagnóstico e Terapêutica, da valorização salarial da Carreira Especial de Técnico de Emergência Pré-Hospitalar, pela aplicação das 35 horas a todos os trabalhadores, pela aplicação do Vínculo Público de Nomeação a todos os trabalhadores do Serviço Nacional de Saúde.

A forte adesão à greve, com especial impacto nos hospitais, no caso do Garcia de Orta, com adesões de 70% no turno da noite e 95% no da manhã, mas também sentida em muitos Centros de Saúde, é



bem demonstrativa da unidade e vontade dos trabalhadores em verem satisfeitas, pelo Governo, as suas legítimas e justas reivindicações.

O respeito pelos direitos dos trabalhadores é indissociável da qualidade da prestação de cuidados do Serviço Nacional de Saúde.

Nos Estabelecimentos de Educação e Ensino da Rede Pública o Governo do PS, ao contrário das expectativas criadas, continua sem resolver os graves problemas que afetam os Trabalhadores não Docentes.

Os trabalhadores, a sua Federação Sindical, com o apoio da comunidade escolar, exigem medidas políticas efetivas que resolvam a persistente e continuada falta de pessoal e o recurso sistemático e ilegal à contratação precária.

Segundo dados sindicais em 2016 foram contratados a termo certo 2600 trabalhadores a tempo completo e cerca de 1200 a tempo parcial. Continuam largas centenas de trabalhadores com contrato de emprego e inserção, imprescindíveis para o funcionamento das escolas.

Estas são, também, razões que levaram à greve cerca de 90% dos trabalhadores a participarem na greve de dia 3 de fevereiro no Concelho de Almada.

A par do combate à precariedade é necessário e urgente que o Ministério da Educação promova a negociação com os representantes dos trabalhadores com vista à valorização das carreiras destes trabalhadores, condição indissociável para uma Escola Pública de Qualidade.

Assim a Assembleia Municipal de Almada reunida em Sessão Ordinária nos dias 16 e 17 de fevereiro de 2017 saúda a unidade dos Trabalhadores em funções públicas no Serviço Nacional de Saúde e dos Trabalhadores não docentes das Escolas Públicas expressa nas lutas e nos elevados e expressivos números de adesão às greves e reclama do Governo a rápida resolução das justas reivindicações dos trabalhadores.”

**7.3.10 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Recomendação de Criação do Comissariado Municipal contra o Desperdício Alimentar

Comemorou-se, no ano passado, o ano nacional de combate ao desperdício alimentar, através da Resolução da Assembleia da República nº 65/2015, com o intuito de combater o desperdício de alimentos promovendo em simultâneo uma gestão eficiente dos mesmos.

O combate ao desperdício alimentar deve ser contínuo, persistente e duradouro, não se devendo esgotar em meros e ocasionais formalismos e efemérides.

É imperativo que toda a sociedade possa estar sensibilizada e consciencializada para necessidade da criação de uma rede que envolva instituições sem fins lucrativos, a responsabilidade social das empresas, as diversas associações e demais entidades e órgãos municipais para apoio à exclusão social, conjugando um elevado número de contributos em torno do combate por uma melhor gestão da distribuição dos bens alimentares, evitando o seu desperdício e potenciando uma verdadeira ajuda às famílias mais carenciadas.



Desta feita, com vista à criação de um verdadeiro Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, a criação de um comissariado para o desperdício alimentar é uma necessidade imperativa para que esse mesmo plano possa ser concretizado com a devida organização e para que a sua implementação, na prática e no terreno, possa abranger toda a área do concelho de Almada.

O mesmo comissariado deverá ter a seu cargo a vasta missão de identificar e reunir o maior número de entidades locais que, através dos seus meios materiais, logísticos e humanos, mostrem estar disponíveis para, em rede, se constituírem como parceiros, ao mesmo tempo que monitoriza as famílias mais carenciadas e a necessitarem de um apoio complementar imediato em termos de acesso a bens alimentares nomeadamente os de primeira necessidade.

O Comissariado Municipal Contra o Desperdício Alimentar poderá ainda ser um elemento fundamental na aplicação das medidas propostas no Plano Nacional de Combate ao Desperdício Alimentar ao nível do município. Esse papel, enquanto comissário no concelho, poderá englobar a recomendação ao incentivo ao consumo de bens alimentares de proximidade, nomeadamente naquilo que diz respeito a produtos perecíveis ou para a sensibilização para os gastos excessivos na aquisição de bens alimentares (uma larga percentagem dos mesmos, ou por falta de necessidade de consumo ou por expiração do prazo de utilização, acabam no lixo).

Campanhas alargadas e direcionadas junto das escolas e demais estabelecimentos de ensino, nos mercados e estabelecimentos de comércio nomeadamente na restauração, nas instituições e organizações sem fins lucrativos, nas entidades privadas e nas empresas deverão passar também a ser alvo preferencial por parte do comissariado.

A sensibilização, o (re)aproveitamento de toneladas de excedentes em boas condições de consumo e a sua distribuição têm nesta matéria – combate ao desperdício alimentar - um papel fulcral nas comunidades locais, não só no combate ao desperdício, mas também no combate às carências alimentares e de nutrição, tentando dirimir desigualdades entre os cidadãos.

Entidades como o Banco Alimentar, a Santa Casa da Misericórdia, os diversos projetos e programas tenham eles origem e da responsabilidade quer das autarquias quer das entidades privadas, tal como recentemente acontece com a Re-food, passam a ter no comissariado municipal de combate ao desperdício alimentar um agente aglutinador e concretizador de esforços, por forma a evitar o desperdício de recursos e a potenciar o minimizar dos gastos, criando uma verdadeira rede funcional e eficaz no combate ao desperdício alimentar com a envolvimento de todos os parceiros.

Posto isto, a Assembleia Municipal de Almada reunida nos dias 16 e 17 de Fevereiro de 2017, na localidade de Almada, vem: Recomendar à Câmara Municipal que possa iniciar e diligenciar todos os esforços com vista a criação do Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar para o concelho de Almada, com o objetivo de se constituir uma rede local e abrangente de diversos parceiros entre públicos, privados e sem fins lucrativos, a fim de se realizar um verdadeiro e consistente Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar, promovendo o combate à exclusão social por meio da



alimentação ao mesmo tempo que promove a sensibilização da comunidade local para a forma equilibrada de consumir e de adquirir os produtos alimentares.”

**7.4** - No debate dos documentos apresentados usaram da palavra os Srs. Deputados Municipais: Nuno Matias, Luísa Ramos, José Joaquim Leitão, António Pedro Maco, Nuno Matias, Carlos Guedes, o Sr. Presidente da Assembleia Municipal e o Sr. Presidente da Câmara Municipal.

**7.4.1** – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Sr. Presidente é para requerer a habitual interrupção dos trabalhos.”

**7.4.2** – A Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Luísa Ramos (CDU):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Muito rapidamente dar sentido de voto.

Sobre a Moção do CDS, troquei opiniões com o Sr. Deputado do CDS. Nós tínhamos algumas propostas de alteração à recomendação que ia no sentido diferente da Moção, o Sr. Deputado também depois concluímos que aceita melhor a baixa da Moção à Comissão e a sugestão que fazemos Sr. Presidente, com a concordância do proponente, é que a Moção baixe sem votação.

Sobre a Moção do Bloco de Esquerda naturalmente que sim, votamos favoravelmente. Estas matérias também estão em discussão na Assembleia da República. O PCP também tem posição e a CDU, e creio que também a nível da alteração do Regulamento de Estacionamento isso pode também ser considerado e votaremos favoravelmente.”

**7.4.3** – O Sr. Deputado Municipal José Joaquim Leitão (PS):

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Relativamente aos textos sobre os quais no debruçámos, penso que é importante referir o seguinte. Quanto ao documento número 1, a questão subjacente à Moção apresentada pelo Bloco de Esquerda é um problema relevante, é um aspeto que justifica que nos debrucemos sobre ele. Pensamos que apresenta uma solução adequada para um problema existente e, portanto, nós associamo-nos à preocupação e votaremos favoravelmente a Moção.

Relativamente à Moção pela Promoção do Fórum Municipal do Desporto, é uma iniciativa louvável, de sucesso e contará também com o nosso apoio à Moção apresentada.

Relativamente à Moção pela Construção da estação de Comboio em Vale Flores, obviamente que a solução preconizada de haver uma estação de comboios em Vale Flores, pela argumentação aduzida, trazia e trará, se for concretizada benefício aos utentes e nós não deixaremos de votar favoravelmente a Moção. De qualquer modo penso que é de assinalar que no que diz respeito ao espaçamento entre as estações de caminho de ferro, às questões técnicas envolvidas e esta matéria é uma matéria que tem que ser acautelada porque se não respeitar os requisitos existentes poderá por em causa a performance da linha. É matéria que deve ser estudada, deve ser acautelada se for possível, obviamente que estamos de acordo.



Relativamente ao Hospital Garcia de Orta, se há uma realização fundamental da nossa democracia é o Sistema Nacional de Saúde. O Sistema Nacional de Saúde é uma valia do País e do povo português, é uma preocupação a sua manutenção e um combate permanente o aprofundamento do Serviço Nacional de Saúde. O que é proposto relativamente em termos conclusivos, deliberativos merece o nosso apoio e votaremos a favor.

Certificação dos SMAS de Almada, nos seus sistemas de gestão, qualidade ambiental, segurança e saúde no trabalho, responsabilidade social e gestão de ativos. A Certificação das empresas nomeadamente de empresas com estas características, do sector empresarial local, obviamente que traz vantagens para todos os utentes. A certificação obviamente que permite dar visibilidade aos progressos que são realizados, os SMAS têm realizado progressos que temos já valorizado várias vezes e é também um aspeto que merece o nosso apoio.

A Margueira. A Margueira é uma grande ambição para a Área Metropolitana de Lisboa e para o Concelho de Almada. Pensamos que neste momento existem boas perspetivas depois de décadas de absoluto bloqueio. Há aqui um impulso da parte do Governo que ainda não desbloqueou todas as dificuldades, é verdade. Mas acreditamos que as dificuldades podem ser superadas a breve trecho e que poderemos ter boas notícias para o Concelho de Almada, para a Área Metropolitana e para a população do nosso Concelho.

O Fórum Municipal da Cultura é também uma boa prática a que nos associamos e que valorizamos. Votaremos a favor da Moção. Temos de seguida a Moção sobre o direito à Habitação, uma competência do Estado. Nós também achamos que o direito à habitação é uma competência do Estado Central, das Autarquias e da sociedade em geral, pensamos que é uma competência partilhada. A Moção terá o nosso voto favorável, no entanto pensamos que seria mais equilibrada se frisasse esta partilha no que diz respeito às competências relativamente à habitação social. Os Municípios têm competência, o Município de Almada tem-na exercício ultimamente um pouco melhor que anteriormente, para além do investimento em habitação social há também um aspeto que é uma competência importante do Município, que é a prevenção de bairros clandestinos e de habitação clandestina. E nessa prevenção o Município de Almada pode fazer melhor e é um desafio que aqui fica, de qualquer modo votaremos favoravelmente a Moção.

Extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica. É uma reivindicação partilhada. Pensamos que o transporte público consubstanciado no Metro Sul do Tejo é um transporte que tem enriquecido o nosso Concelho, tem facilitado a vida dos cidadãos e obviamente que a sua extensão à Costa da Caparica e também a implementação de outros meios de transporte público a outras zonas do Concelho favorece. É claro que os recursos são finitos, não há recursos para tudo, temos que ter uma visão cuidadosa e gradualista no que diz respeito ao investimento, mas como desígnio, como objetivos são objetivos a que nos associamos também.

Finalmente temos uma Moção que com facilidade o Partido Socialista gostaria de se associar, mas não vai associar-se. Não vai associar-se porquê? O atual Governo tem um programa de Governo e com os



outros partidos de esquerda estabeleceu entendimentos e tanto no programa do Governo como nos entendimentos estabelecidos, apontava-se no que diz respeito a estas matérias, às matérias que tem a ver com a Função Pública um conjunto de compromissos e esses compromissos têm vindo a ser cumpridos. Que compromissos eram esses? Reversão das reduções salariais a reversão das reduções salariais foi cumprida durante o ano de 2016, este ano já não há reduções salariais na Função Pública. A sobretaxa. A sobretaxa durante o ano de 2017 vai terminar também para todos os trabalhadores da Função Pública. Já trabalhou para uma percentagem significativa ao longo do ano, vai terminando para os setores da Função Pública que têm rendimentos superiores. E relativamente a outras questões que são também obviamente de justiça, entendendo a justiça numa perspetiva abstrata. Relativamente a outras questões há uma calendarização diferente no que diz respeito ao descongelamento das carreiras, à valorização das carreiras, ao trabalho sobre as carreiras, aquilo que se perspetiva é a partir de 2018. E nós temos apesar da simpatia das causas subjacentes, temos que ser rigorosos nesta matéria e dizer com frontalidade que os recursos são finitos, têm que ser geridos com critério, que se deve cumprir os compromissos que se assumiram, mas que não se pode ter posturas aventureiristas nesta matéria. E portanto, nós vamos abster-nos relativamente a esta Moção.”

**7.4.4 – O Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Pegando nas palavras deixadas pela Deputada da CDU Luísa Ramos, o CDS-PP aceita a baixa à Comissão da sua Moção que tem como objetivo a criação do Comissariado Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar e portanto entendemos também que esta mesma Moção pode muito bem ser discutida, porque a ideia é mesmo essa, criar um plano de combate ao desperdício alimentar municipal e onde estejam englobadas quer nesta proposta, quer depois do resultado final um maior número quer das forças políticas, quer das entidades privadas, autarquias, para que se possa constituir um verdadeiro plano de combate ao desperdício alimentar que vem aqui plasmado nesta mesma Moção. Portanto, aguardamos. Pensamos que até ao final deste Mandato pode-se dar muitos passos em frente relativamente a esta proposta que aqui é apresentada, independentemente da existência já do CLASA. Não invalida neste caso esta criação deste comissariado, mas com certeza teremos muito para discutir na Comissão Especializada e, portanto, o CDS-PP estará disponível para deixar baixar então esta mesma proposta à Comissão.

Entretanto aqui nas restantes Moções e começando pela Moção do Bloco de Esquerda, é uma Moção que o CDS-PP vai votar favoravelmente, independentemente aqui de alguns considerandos iniciais relativamente à questão da utilização do espaço público taxado nas cidades, mas no inicial a Moção é uma Moção que o CDS-PP vai acompanhar positivamente, isto que são questões que o CDS-PP também tem tido algum cuidado em reformular neste último mandato que é relativamente à organização do espaço público, à mobilidade, às acessibilidades e neste caso tudo aquilo que tem a ver com acessibilidades para aquelas pessoas que estão privadas de uma mobilidade mais abrangente e ao qual o CDS-PP neste caso vai-se associar positivamente a esta mesma Moção. Também vai



associar-se positivamente à Moção que tem a ver com a Promoção Municipal do Desporto, o Fórum a realizar no próximo dia 4 de fevereiro, esperemos que seja um grande evento e que tenha mais sorte que a Capital Europeia do Desporto que infelizmente foi para a cidade de Braga.

Em relação à Moção sobre a extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, esta sim é uma reivindicação de há muito tempo, de há alguns mandatos atrás que o CDS-PP sempre teve em mente. Infelizmente até agora não foi possível concretizar esta mesma ambição, a ambição dos almadenses e nomeadamente a ambição dos Costa Caparicanos e que tendo em conta a estrutura que está prevista ou pelo menos se pensa prever para aproximadamente, nomeadamente a questão do novo aeroporto no Distrito de Setúbal, nomeadamente no Montijo, tudo indica que vai ser esse facto. Portanto, fazer aqui a ligação entre esse mesmo meio de transporte, o meio de transporte fluvial e apostar também neste caso para o desenvolvimento do turismo, para o desenvolvimento do Concelho, neste caso a extensão do Metro até à Costa da Caparica que bem precisa.

Em relação à Moção dos 25 anos do Hospital Garcia de Orta, o CDS-PP também vai votar favoravelmente, não pode deixar, enfim, em jeito de graça bem-vindos à realidade, visto que o CDS-PP sempre entendeu, embora as coisas como é evidente, nem tudo está bem na saúde como é evidente, mas isto era uma Moção que podia muito bem ter sido apresentada pelo CDS-PP, vá lá 2014, 2015 e é desta vez apresentada por parte da CDU. De qualquer forma não temos outra escolha, como é óbvio. Concordamos com esta Moção na íntegra e iremos votar favoravelmente a mesma Moção conhecendo todo o trabalho que tem vindo a ser realizado quer pelo corpo clínico, quer por parte dos profissionais do Hospital Garcia de Orta, quer também pelo Conselho de Administração que tem ao longo destes anos deixado sempre uma palavra para que a saúde neste Concelho seja profícua para todos os almadenses.

Relativamente à Moção da CDU também. Pela construção da estação do comboio em Vale Flores, o CDS-PP irá abster-se. E irá abster-se porquê? No início desta semana o CDS-PP esteve reunido com o Conselho de Administração da Fertagus ao qual levou também esta questão para a reunião. A indicação que foi dada também por parte da Fertagus e já foi aqui também pelo Sr. Deputado do PS, tem questões também técnicas que têm que ser analisadas ao pormenor, nomeadamente a ideia seria aumentar os autocarros da Sul Fertagus até porque iria diminuir com certeza a afluência de automóveis para aquela zona, o que neste caso a utilização do transporte público o Sul Fertagus com certeza seria mais benéfico não só para o descongestionamento de trânsito, mas também para o ambiente. Neste caso aquilo que o CDS propõe e propõe também aqui à Sr.<sup>a</sup> Presidente da Comissão, não lhe dei essa indicação, mas desafiaria que pudéssemos também na 4.<sup>a</sup> Comissão ter um encontro, digamos assim, de reunião com a Fertagus e também para estas questões, para aprofundarmos estas questões. Estamos do lado das populações como é evidente, da Charneca de Caparica, compreendemos, mas também estas coisas têm que ser vistas de modo concreto para que haja viabilidade neste mesmo meio de transporte quer por parte da Fertagus que disponibilizou serviço, quer também por parte dos utentes que usam este meio de transporte. Neste caso o CDS-PP nesta matéria irá abster-se.”



**7.4.5 – O Sr. Deputado Municipal Nuno Matias (PSD):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Vamos tentar de forma telegráfica transmitir a nossa opinião em relação aos documentos hoje em discussão. A Moção do Bloco de Esquerda sobre as pessoas portadoras de deficiência e o acesso ao estacionamento no Município, iremos votar favoravelmente, mas não deixamos de dar uma nota que quem conhece os processos de atribuição deste estatuto leva-nos a sugerir alguma reflexão num momento da alteração dos Regulamentos, sob pena de generalizarmos um acesso a um conjunto de cidadãos que se calhar por princípio tem toda legitimidade de requerer este benefício acrescido no acesso ao estacionamento. Mas deve ser pensado a que nível e em que termos esse tipo de cidadãos devem realmente ter acesso a esta isenção sem pôr em causa o princípio, mas que iremos votar favoravelmente.

Iremos também votar favoravelmente a Moção da CDU sobre o Fórum Municipal do Desporto.

Iremos votar a favor da Moção sobre a Estação de comboios em Vale Flores.

Iremos também votar favoravelmente a Saudação sobre os 25 anos do Hospital Garcia de Orta, apesar de, não queríamos deixar de dizer, até por coerência de argumentos e tudo aquilo que temos defendido ao longo dos tempos de deixar a nossa reticência para não dizer mais em relação àquilo que estão aqui num conjunto de deliberações, nomeadamente em relação àquilo que é a solução encontrada para o futuro, pelo menos chamado assim Hospital do Seixal. Porque sem pôr em causa aquilo que seria o bom que era termos várias estruturas ao serviço do Serviço Nacional de Saúde, temos muitos recursos humanos ao serviço desse sistema que é fundamental, nós sabemos como aqui já alguém disse há pouco, os meios são finitos e nós temos muitas dúvidas sobre aquilo que está a ser pensado para essa solução e vamos ver se o tempo infelizmente não vai dar razão naquilo que devia ser um repensar do sistema que faria sentido em nome de utentes que querem um serviço de proximidade com profissionais à sua disposição e temos muitas dúvidas quer na solução de infraestruturas, quer na solução de recursos humanos, vamos ter esta solução que se apregoa, que se anuncia e que temos algumas dúvidas sobre a sua concretização no futuro, mas ainda assim saudamos os 25 anos do Hospital Garcia de Orta, e do esforço que tem procurado ser feito para que ele sirva melhor as populações, apesar das limitações que sabemos que corresponde a uma estrutura que foi pensada para um conjunto populacional que é bem diferente daquele que hoje em dia enfrentam.

Iremos também votar favoravelmente a Moção sobre os SMAS.

Solicitávamos no documento 10 sobre a Margueira que pudéssemos votar separadamente o ponto 1. E fazemo-lo não por, como óbvio, não concordamos com o princípio de requalificação daquele território, toda a gente concorda, é fundamental é uma ligação privilegiada ao Rio, mas como o temos vindo a dizer ao longo dos anos e aquando da discussão do Plano então, nós sempre alertamos para algo que era fundamental não deixar de ser pensado. É que quando se fala da Cidade da Água, da requalificação daquele território, de uma zona que supostamente estará projetada para 10 a 12 mil habitantes e mais 15 mil trabalhadores, é fundamental não nos esquecermos a localização mas também a mobilidade das



pessoas, as acessibilidades e de que forma é que essa nova cidade vai conjugar com o resto do território. E, portanto, nós não queremos deixar de voltar a associarmo-nos à ideia de desenvolvimento daquele território, à importância e à urgência de se conseguir encontrar uma solução. Já vai tarde, mas é fundamental, mas não deixar de pensar que há um conjunto de soluções que à data tinham sido pensadas, que se calhar deveriam ser repensadas, nomeadamente e sobretudo no que diz respeito às acessibilidades, transportes e um conjunto de soluções que façam com que esse novo espaço de desenvolvimento não ponha em causa a vivência do restante território.

Em relação à Moção sobre o Fórum Municipal da Cultura, iremos votar também favoravelmente.

Em relação à Moção da CDU sobre Direito à Habitação, iremo-nos abster. Ireto-nos abster não por não defendermos o apoio do Estado à habitação, sobretudo para quem realmente tem mais dificuldades de ter esse acesso, mas porque temos noção das dificuldades, temos noção daquilo que deve ser um princípio equilibrado de responsabilidades, seja a nível da Administração Central, seja a nível das Autarquias, mas sobretudo porque depois não podemos olhar para a Moção e parecer que muito tem sido feito, e alguma coisa tem sido feita, mas achar que aquilo que tem sido feito, tem sido muito bem feito. Porque Almada continua a ter um conjunto de deficiências do ponto de vista de habitação e um conjunto de maus exemplos do ponto de vista de bairros degradados que eu diria que deveria ser objeto de análise também na Moção, se queremos falar sobre o direito à habitação. Porque quando se fala num conjunto de atribuição de fogos de habitação, que já tem um número razoável, mas longe daquilo que seria o desejável, não nos podemos esquecer é que depois também temos dos maiores índices de bairros degradados do País. E, portanto, eu diria que, sem por em causa uma ambição, a forma como ela é apresentada parece-nos desequilibrada, e daí a nossa abstenção.

Em relação ao Metro Sul do Tejo, iremos votar a favor, apesar de também acharmos que o pensar da solução de traçado deve estar em cima da mesa, mas quanto mais rápido melhor. Aliás, choca-me até neste caso pessoalmente, ver falar-se de prolongamentos de outros Metros que existem no nosso País, alguns se calhar mais duvidosos do ponto de vista de necessidade face à implantação do território que já existe desses Metros e depois no caso de Almada temos o Metrozinho face àquilo que devia ser a sua implantação no terreno e ao serviço que devia prestar à população, que movimentam realmente uma massa significativa de pessoas e que deveriam ter um sistema de transporte mais fluido e mais eficiente. Em relação à Moção do CDS, estaremos na Comissão depois para acompanhar essa discussão.”

#### **7.4.6 – O Sr. Deputado Municipal Carlos Guedes (BE):**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Nós iremos votar favoravelmente todas as Moções que estão apresentadas, mas queremos referirmo-nos a dois ou três pontos. Nós entendemos, achamos que é uma vontade da população que seja aberto o apeadeiro, a estação em Vale Flores e nesse sentido compreendemos a vontade exposta aqui pelo Sr. Deputado do CDS de discutir esta questão na Comissão ou de levar esta questão que a Comissão vá discutir com a Fertagus, mas que não sejam os impedimentos técnicos a derrotar a vontade da



população. Devemos se for entendimento desta Assembleia levar esta proposta à Administração da Fertagus e fazer-lhes sentir o que é no nosso entender o sentir também da população.

Em relação à extensão do metro Sul do Tejo, é uma vontade já por diversas vezes expressa aqui pelo Grupo Municipal do Bloco de Esquerda e naturalmente que acompanhamos esta Moção.

Em relação à Moção sobre o direito à habitação, uma competência do Estado, é evidente que é uma competência do Estado, está plasmado na Constituição e sabemos qual é a realidade, sabemos a forma como o Estado Central tem vindo a tratar as questões relacionadas com a habitação. Há, no entanto, responsabilidades assumidas pelos Municípios e no caso concreto aqui pela Câmara Municipal de Almada e nós não vemos o quando pintado de forma tão radiosa como está expresso aqui na Moção. Nós temos acompanhado com preocupação as questões da habitação social principalmente no que diz respeito, no que a Câmara tem maiores responsabilidades, não só as questões concretas da habitação, mas também a envolvente, os arruamentos, a limpeza das ruas e a própria organização dos bairros sociais. Nós iremos falar sobre isto no período da atividade municipal e por isso não me irei alargar muito mais, mas dizemos que o nosso voto favorável a esta Moção é um voto muito condicional e continuaremos vigilantes sobre esta questão.”

**7.4.7 – O Sr. Presidente da Assembleia Municipal:**

“Srs. Deputados Municipais;

Já agora esclarecer que o Deputado António Pedro Maco não pôs em questão a decisão relativamente à Moção, o que colocou foi a Comissão poder avistar-se com a Fertagus, que é questão diferente.”

**7.4.8 – O Sr. Presidente da Câmara Municipal:**

“Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais;

Só alguns comentários que também poderão ajudar a esclarecer algumas matérias que aqui são trazidas pelas Moções colocadas e são coisas muito rápidas.

Penso que em relação à primeira Moção relativa à gratuidade do estacionamento por pessoas portadoras de deficiência que é uma boa iniciativa e que naturalmente estava em consideração no quadro do Regulamento e que não será difícil de condicionar, é uma ideia justa.

Quanto à recriação de Comissariado Municipal contra o desperdício alimentar, tem sido uma preocupação também por esta via o apoio às comunidades, várias comunidades e instituições que se dedicam a reduzir ou minimizar os problemas de acesso a alimento e alimento saudável por pessoas carenciadas e tudo o que se faça nesse sentido e que já está a ser feito será da maior importância.

No que diz respeito ainda nas áreas sociais, às questões da saúde é oportuno esta valorização das iniciativas recentemente tomadas no que diz respeito aos cuidados de saúde hospitalar no contexto do nosso Município, mas sublinhar sobretudo o facto de se terem encontrado pela primeira vez convergência em relação a duas matérias que pareciam divergir, que era a construção do Hospital no Concelho do Seixal, com o alargamento do número de camas no Hospital Garcia de Orta. Portanto, aqui o propósito é que as duas coisas possam coexistir naturalmente num quadro de um plano de intervenção relacionado com as diversas múltiplas valências que na área da saúde existem. Portanto,



nesta oportunidade também referir que iniciámos um conjunto de reuniões com instituições da área da saúde, na sequência da deliberação de Câmara da Adesão do Município à Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis. Isso está-nos a permitir ter um conhecimento bastante aprofundado da realidade e ultrapassar alguma mitologia que às vezes existe em relação a estas matérias. Existem imensos recursos mobilizados em torno da área da saúde que nem sempre são recursos públicos. Naturalmente há quem ocupe as insuficiências da resposta pública na área da saúde naturalmente com a sua oferta e aí não existe falta de pessoal, portanto o pessoal está lá contratado rapidamente se instalam e alargam a sua capacidade de resposta. Nós não estamos a estabelecer neste contexto qualquer diferenciação, vamos visitar como é natural todas as instituições de saúde e naturalmente procurar mobilizá-las para que a prestação de cuidados de saúde aos cidadãos seja a melhor e naturalmente fazendo fé, mas não só fé, persistindo no propósito que a resposta no quadro do Serviço Nacional de Saúde seja a melhor, a mais qualificada, a mais ampla, universal, geral e gratuita como é nosso propósito. No que diz respeito às questões da habitação, é importante que neste quadro tão complicado no plano social que se tenha conseguido, apesar de tudo, e aqui é preciso dizer que não foi só a Câmara especificamente. E era isso que também gostava aqui de sublinhar, é um esforço feito num quadro de uma parceria alargada em que se deu este apoio a cerca de 1200 famílias. Isto revela a dimensão do problema. Estamos a falar, faremos um ano praticamente de execução do Plano de Emergência e o apoio a 1200 famílias. Nós estamos num quadro de grandes necessidades, isto aponta-nos, naturalmente que ficamos satisfeitos. Somos informados de progressos que se verificam no que diz respeito à situação económica, no que diz respeito à redução do número de desempregados, pelo menos dos declarados, mas também quando analisamos aquilo que é o resultado do nosso esforço, nós encontramos 1200 famílias muitíssimo carenciadas e as instituições que prestam este trabalho e que se associaram a este trabalho sabem da dimensão do problema e apesar disso e com tanto sacrifício a atribuição de 234 fogos, mesmo que o queiramos não valorizar representa um esforço grande. Eu perguntava quem é que no País tem estado a fazer realojamentos nestes últimos anos, pelo menos com esta dimensão? Não estou a dizer que não se faça, mas com esta dimensão. Também é importante sublinhar, encorajar, dar ânimo, porque os recursos são poucos e é importante que os recursos que são mobilizados para reduzir o sofrimento daqueles que têm dificuldades também seja entendido como um esforço válido. É importante o esforço no investimento, é importante o esforço nas empresas, mas também o esforço que se faz para apoiar as famílias.

Em relação às questões do desporto e da cultura e aos Fóruns. Estes Fóruns nestas áreas resultam de uma atitude que tomámos no nosso Município, uma atitude municipal no quadro dos Congressos que realizámos e tratando-se de transferir aqui maiores responsabilidades para os agentes que na área da cultura e do desporto são elemento essencial da nossa estrutura. Responsabiliza-nos enquanto cidadãos, responsabiliza-nos enquanto instituições públicas e penso que confirmam que há um trabalho que se iniciou e que é bom que possa ser levado a bom termo.



Matéria de transportes. Vem aqui por via da estação de comboio de Vale Flores e da extensão do Metro Sul do Tejo. Um enormíssimo problema no nosso Concelho à entrada de Lisboa. Se Lisboa quer reduzir os seus carros eles têm que ficar em algum lado e na Margem Sul terão tendência a ficar aqui nesta entrada, porque enfim seremos aqui uma entrada e a outra entrada está na outra ponta, na outra ponte e é qualquer coisa que no nosso ponto de vista deveria ser encarada de uma forma integrada. Houve como é sabido alteração na legislação nessa matéria, mas há uma pequeníssima parte que não deixando de ser importante continua a ser pequena, que enfim, podemos tocar alguma coisa em relação ao transporte rodoviário, porque em relação a tudo o resto não está na nossa área. Fertagus não está, o Metro Sul do Tejo não está, a Transtejo também não está e TST, só a Rodoviária. Temos o propósito no dia 11 se conseguirmos, o propósito de fazer um seminário sobre as questões do transporte, porque a questão do transporte público está profundamente associada à questão do trânsito e a questão do trânsito é talvez neste momento um dos principais, senão o principal problema com que de uma forma geral os cidadãos se confrontam. Melhor transporte público, transporte público de qualidade e olhar para a Margem Sul, olhar para esta Região do nosso território como uma área prioritária, tudo aquilo que se faça no sentido de melhorar os transportes na Margem Sul, com certeza que ajudará toda a Região. É uma questão fulcral para a Região.

Concretização dos investimentos da Margueira. Graças ao esforço que temos vindo a fazer, às chamadas de atenção, à nossa insistência, fomos ontem informados que no plano técnico estão criadas as condições para que o despacho relativo ao cadastro possa ser assinado pelo Governo. Neste momento está nas mãos do Governo a assinatura do despacho. Era importante que ele se fizesse rapidamente porque no dia 13, 14 mais exatamente de março abre novamente o MIPIM a grande Feira Internacional do Imobiliário e era bom que pudéssemos estar no MIPIM, não na condição do ano passado, mas nas condições de que já é possível falar de outra maneira com quem tenha interesse em investir nos territórios da Margueira.

Era muito importante que o despacho saia e que saia rapidamente. Não saiu no final de dezembro, não saiu no final de janeiro, mas se sair no final de fevereiro ainda vamos a tempo de poder chegar ao MIPIM com outra condição e naturalmente condição que é melhor para todos. É um grande investimento não só para a Região, mas para o País, esse sempre foi o nosso entendimento, felizmente é também agora o entendimento do Governo, mas é necessário dar passos concretos nesse sentido e não perder as oportunidades num contexto internacional que todos nós conhecemos.

Importância da certificação dos SMAS de Almada, situação única no nosso País sublinhada pela entidade certificada, é bom valorizarmos aquilo que fazemos, é bom termos também as nossas bandeiras.

Trabalhadores da Função Pública, tão sacrificados, importante, muito importante não esquecer os seus direitos e também não é só a reposição, perdoem-me, trata-se de que durante muitos e muitos anos se verificaram uma situação em que eles foram os principais sacrificados dentro deste processo que vem de antes de 2009, de antes do início da crise, enfim, em que sempre os trabalhadores da Função



Pública foram os principais, aqueles a quem se pediu um esforço maior e a quem se pediu e impôs um maior esforço.

Nós precisamos de ter na Administração Pública os melhores, nós não temos de ter a ambição de termos os suficientes. A Administração Pública será tanto melhor quanto melhor forem os trabalhadores da Administração Pública. E nós não podemos ter a visão que só os altos cargos das grandes empresas e da alta finança é que podem ter os melhores. Os melhores têm que estar na Administração Pública. Temos que nos bater para que isso seja possível. Isso é possível com direitos, com reconhecimento das carreiras, com salários justos, assim conseguimos ter, caso contrário vamos ter aquilo que sobra e os nossos são fantásticos, e os nossos, os que cá temos não são sobras de nada, são fantásticos, passaram este período a fazer sacrifícios enormíssimos e continuam cá e dão o seu melhor. Mesmo quando a gente diz que a rua não está limpa, que o buraco está por tapar, que eles estão encostados aos bancos, mas são eles, são eles, foram eles que aguentaram isto, são eles que têm estado a aguentar isto, porque senão teríamos o completo destroço das nossas cidades. Convençam-se disso. Nós somos uma sociedade civilizada, porque existem estados competentes e com capacidade de executar. Nós somos civilizados porque criamos condições para ser civilizados e para que não caiamos na selvajaria, na luta de uns contra os outros, no conflito que nunca se sabe onde é que vai acabar, então criemos condições. Para que aquilo que é a expressão da vontade da comunidade, tenha condições para exprimir a vontade da comunidade e isso passa pela qualificação dos trabalhadores da Administração Pública. Aqui também se luta pela paz e pela coesão social quando se reconhecem os direitos aos trabalhadores da Administração Pública. Acho que é muito importante que este assunto, naturalmente com ponderação e atendendo aos recursos, mas que este assunto seja colocado na primeira linha das nossas preocupações.”

**7.5** - Não havendo mais pedidos de palavra e após verificação do quórum, procedeu-se à votação dos documentos apresentados.

**7.5.1** – A Moção/Deliberação Pelo direito a isenção de pagamento de estacionamento neste município para pessoas detentoras de cartão de estacionamento para pessoas com deficiência, emitido pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Pedro Oliveira, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.2** - A Moção/Saudação Pela promoção do Fórum Municipal do Desporto, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.3** – A Moção/Deliberação Pela construção da estação de comboio em Vale Flores, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Luís Palma – Presidente da Junta da União das Freguesias do Laranjeiro e Feijó, foi aprovada por maioria com trinta e sete votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o



Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do PSD, do BE, do PAN e Ind.) e uma abstenção (de eleito do CDS-PP).

**7.5.4** - A Moção/Saudação Aos 25 anos do Hospital Garcia de Orta, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Margarida Carvalho – Presidente da Junta da União das Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.5** - A Moção/Saudação Certificação dos SMAS de Almada nos seus Sistemas de Gestão; Qualidade Ambiental, Segurança e Saúde no Trabalho, Responsabilidade Social e Gestão de Ativos, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Carlos Revés, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.6** - A Moção/Deliberação Urgente concretização dos investimentos na Margueira no âmbito do Arco Ribeirinho Sul, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por maioria e votada por pontos:

**7.5.6.1** – Ponto 1, aprovado por maioria com trinta e dois votos (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.), um voto contra (de eleito do CDS-PP) e cinco abstenções (de eleitos do PSD).

**7.5.6.2** – O restante texto foi aprovado por unanimidade.

**7.5.7** - A Moção/Deliberação Fórum Municipal da Cultura, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal José Gabriel, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.8** - A Moção/Deliberação Direito à habitação uma competência do Estado, apresentada pela Sr.<sup>a</sup> Deputada Municipal Ana Luísa Carvalho, foi aprovada por maioria com trinta e dois votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, do BE, do PAN e Ind.) e seis abstenções (de eleitos do PSD e do CDS-PP).

**7.5.9** - A Moção/Deliberação Pela extensão do Metro Sul do Tejo à Costa da Caparica, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal João Geraldês, foi aprovada por unanimidade.

**7.5.10** - A Moção/Saudação Aos Trabalhadores em Funções Públicas, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal Nuno Gonçalves, foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor (de eleitos da CDU, inclusive os Presidentes das Juntas das Freguesias, ou seus representantes, de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas; Caparica e Trafaria; Charneca de Caparica e Sobreda; Laranjeiro e Feijó, do BE, e do PAN), um voto contra (de eleito do CDS-PP) e dezasseis abstenções (de eleitos do PS, inclusive o Presidente da Junta de Freguesia da Costa da Caparica, PSD e Ind.).

**7.5.11** – A Recomendação de Criação do Comissariado Municipal contra o Desperdício Alimentar, apresentada pelo Sr. Deputado Municipal António Pedro Maco, baixou à Comissão por unanimidade.

**8** – Considerando o adiantado da hora decidiu-se interromper os trabalhos para continuar na segunda reunião amanhã, dia 17 de fevereiro de 2017.



- 9** - Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião, do Presidente da Câmara Municipal, Excelentíssimo Senhor Joaquim Estevão Miguel Judas e dos Vereadores Excelentíssimos/as Senhores/as José Manuel Raposo Gonçalves, Maria Amélia de Jesus Pardal, António José de Sousa Matos, Rui Jorge Palma de Sousa Martins, Francisco António Fernandes Navarro, Vítor Manuel dos Santos Castanheira, Maria Teodolinda Monteiro Silveira, António José Pinho Gaspar Neves e José Carlos Mateus Albuquerque.
- 10** - Foi verificada a presença na Reunião de Juristas de apoio à Presidência da Câmara Municipal, e do Jornalista Senhor Miguel Ribeiro do Boletim Municipal DIRP – CMA e TV Almada, e de quarenta e um Srs. Munícipes.
- 11** - Foi entretanto requerido a aprovação da Minuta da Ata, que foi aprovada por unanimidade.
- 12** - Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião eram 00H30 do dia 17 de fevereiro de 2017.
- 13** - Por ser verdade se elaborou a presente Ata, que vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE \_\_\_\_\_

A 1ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_

A 2ª SECRETÁRIA \_\_\_\_\_